

ATA
DA
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 07/05/2012

Iniciada às 14H30 e encerrada às 18H30

Aprovada em 21/05/2012 e publicitada através do Edital n.º 77/2012

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

1. Intervenção do Senhor Presidente
2. Intervenção dos Senhores Vereadores

ORDEM DO DIA

- I. **APOIO AOS ÓRGÃOS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**
 1. Ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 16 de abril de 2012
 2. Ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 23 de abril de 2012
- II. **FINANÇAS E PATRIMÓNIO**
 1. Situação Financeira
 2. Ajuste direto simplificado n.º 89/2012 – viagem a Marselha
- III. **RECURSOS HUMANOS**
 1. Implementação da Plataforma *e-Learning* na Câmara Municipal de Coimbra
- IV. **ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO**
 1. Relatório trimestral de atividades da DMAT – 1.º trimestre de 2012
- V. **PLANEAMENTO TERRITORIAL**
 1. Plano Diretor Municipal de Coimbra – 4.ª alteração
- VI. **GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA**
 1. João Paulo Fernandes P. Supardo Machado – resposta ao abrigo do art. 100º do CPA – Rua Antero de Quental – 174-178 – freguesia de Sé Nova – reg. n.º 70574/2011
 2. Manuel Ferreira de Oliveira – Cruz de Morouços – Santa Clara – alvará n.º 583 – caducidade da licença e concessão de licença especial para acabamentos – reg. n.º 5362/2012
 3. Fernando José Antunes Pires – redução de caução – Travessa da Rua do Pinhal/Tovim de Cima – Santo António dos Olivais – reg. n.º 01/2012/16199
 4. Obridinâmica, Construções, Lda. – Rua da Pragueira, n.º 7 – freguesia de Eiras – receção provisória – reg. n.º 01/2012/22220
 5. Óscar da Cunha Dias – Adémia – freguesia de Trouxemil – receção provisória – reg. n.º 01/2012/11563
 6. Reabilitação da Torre de Anto para instalação da Casa Museu da Guitarra do Fado de Coimbra – consignação – conhecimento
 7. Reabilitação da Torre de Anto para instalação da Casa Museu da Guitarra do Fado de Coimbra, n.º 025-11-GCH – Plano de Segurança e Saúde em Obra – ratificação

8. Rua da Sofia, n.º 173 a 175 – determinação de obras para efeitos dos n.ºs 1 e 2 do art. 89º do RJUE
9. Rua Venâncio Rodrigues, n.º 33 – pedido de isenção de IMI
- VII. OBRAS E INFRAESTRUTURAS**
 1. Remodelação e Ampliação da Casa Municipal da Proteção Civil – revisão de preços provisória
 2. Requalificação e Ampliação do Centro Escolar de Montes Claros – revisão de preços definitiva e conta final
 3. Comissão Juntos Pela Europa – apoio
- VIII. HABITAÇÃO**
 1. Projeto Trampolim – subsídio à entidade gestora Caritas Diocesana de Coimbra
 2. António Costa Lemos – Bairro da Rosa – lote 9, 1.º Esquerdo – resolução do contrato de arrendamento
 3. Projeto-Piloto Mediadores Municipais – subsídio à Caritas Diocesana de Coimbra
 4. Carla Susana Marques Pais – cobrança judicial de rendas em dívida
 5. Rua Guerra Junqueiro, n.º 5 – deficiências na habitação
 6. Processos para conhecimento
- IX. DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO**
 1. Graal – protocolo
- X. DESPORTO E JUVENTUDE**
 1. Escola Secundária Avelar Brotero – Projeto Ecomoda Brotero 2012 – apoio
 2. Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade Intergeracional – Rede Coimbra Ger(A)ções – protocolo
 3. Associação Académica de Coimbra/Organismo Autónomo de Futebol – desistência de comparticipação financeira – alteração
 4. APPC-Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra – isenção de taxas
 5. Grupo Recreativo O Vigor da Mocidade – isenção de taxas
 6. Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia – apoio
- XI. CULTURA**
 1. Núcleo Coimbra Judaica – afetação do piso térreo do antigo Colégio das Artes
 2. Comissão de Toponímia – reunião de 12-04-2012 – ratificação
- XII. ASSUNTOS DIVERSOS**
 1. Plano de Ação para a Energia Sustentável e áreas associadas – protocolo de colaboração com a UC
 2. Convento de S. Francisco – aquisição de serviços
 3. Associação Académica de Coimbra – publicidade – isenção de taxas
 4. José da Piedade Santos – Bairro do Ingote, Bloco 18, 1.º Esquerdo – contrato de arrendamento
 5. Acrogym Clube de Coimbra – apoio
 6. APPACDM Coimbra – apoio
- XIII. ADENDA**
 - XIII.1.OBRAS E INFRAESTRUTURAS**
 1. Sistema de Iluminação Pública Eficiente no Município de Coimbra – correções das peças concursais
- XIV. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: João Paulo Barbosa de Melo
Vice-Presidente: Maria José Azevedo Santos
Vereadores: Paulo Jorge Carvalho Leitão
Luís Nuno Ranito da Costa Providência
Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco
José António Pinto Belo
Álvaro Jorge Maia Seco
António Manuel Vilhena
Carlos Manuel Dias Cidade
João Pedro Fernandes Trovão
Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Dr. João Paulo Barbosa de Melo, Presidente da Câmara Municipal, e Secretariada por Ana Paula Albuquerque, Chefe do Gabinete de Apoio aos Órgãos e Serviços Municipais, coadjuvada por Gabriela Mendes, Assistente Técnica.

A Sra. Vice-presidente e o Sr. Vereador Paulo Leitão entraram no decorrer da reunião como então se fará referência.

O Sr. Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Intervenção do Sr. Vereador Álvaro Maia Seco

1. Metro Mondego

Lamentou o facto de ainda não ser na reunião de hoje que alguém da Metro Mondego venha prestar os esclarecimentos que solicitou. Calcula que tal se deva à circunstância de, uma vez mais, ter sido adiada a Assembleia Geral da Metro Mondego mas, de qualquer forma pensa que seria desejável que a empresa se faça representar para esclarecer as dúvidas que colocou porque, evidentemente, a Câmara Municipal não pode estar refém da Metro Mondego e da respetiva agenda pelo que se na próxima reunião não estiver ninguém da Metro tomará a liberdade de apresentar uma comunicação relativa à política de mobilidade e à interligação entre o projeto do Metro Ligeiro de Superfície e a política urbanística da autarquia. Efetivamente, se é verdade que os vereadores do Partido Socialista foram muito críticos no que concerne à forma como o Governo do PS geriu este processo, o que é certo é que apesar de se ter verificado uma alteração dos protagonistas nada mudou no que concerne a esta matéria. Assim, espera que a Câmara Municipal de Coimbra tenha, agora, a coragem de ser tão crítica para com este Governo como os Vereadores do PS foram no passado para com o Governo do Partido Socialista.

2. Ciclovia

O Sr. Vereador disse que lhe tinha constado que existia um problema com o processo da Ciclovia no percurso até à Figueira da Foz, situação que, evidentemente, o preocupa, apesar de, aparentemente, não ser da responsabilidade da Câmara Municipal de Coimbra, na medida em que a candidatura é intermunicipal e a dificuldade de um dos parceiros poderá colocar em risco todo o processo. Assim, gostava de saber se esta informação é verdadeira e, em caso afirmativo, o que é que está a acontecer verdadeiramente.

3. Reforma autárquica

O Sr. Vereador ironizou que, nos últimos tempos, tem sentido alguma dificuldade em fazer oposição a este Executivo uma vez que o Governo tem substituído os Vereadores do PS nessa matéria. Na verdade, começou por ser feita a redução do ordenado dos vereadores, ou seja, os vereadores do tempo inteiro, na conceção deste Governo, ganhavam em demasia pelo que teria que ser reposta alguma moralidade naquilo que auferem. De seguida, para além da redução dos vencimentos surge uma proposta que aponta no sentido da redução dos vereadores a tempo inteiro o que significa que o Governo entende que para além de ganharem muito aquilo que fazem neste momento pode ser feito por um número mais reduzido de pessoas. Para além destas alterações há ainda a questão da redução do número de freguesias sem que haja o cuidado, por parte do Governo, de ouvir e aceitar a sugestão dos municípios. Finalmente, lembrou que recentemente foi aprovada uma alteração à estrutura orgânica da Câmara Municipal que agora está totalmente colocada em causa com a legislação recentemente aprovada no Parlamento que se traduz, mais uma vez, numa crítica direta às opções que a Câmara Municipal de Coimbra, nos últimos 10 anos, tem estado a tomar em termos de gestão. Não lhe compete, continuou, opinar sobre estas diferenças e tomar o partido de qualquer uma delas agora, o que gostaria, era que os responsáveis pela autarquia reagissem e defendessem os seus pontos de vista e as escolhas e medidas que fizeram. É que estamos perante uma legislação que implica uma alteração radical a um quadro de pessoal e de dirigentes recentemente aprovado. Aliás, acontece precisamente o mesmo ao nível das empresas municipais uma vez que esta maioria criou e defende acerrimamente a manutenção da empresa municipal de turismo o que, de acordo com a política do Governo, é uma má opção já que o objetivo passa por extinguir estas empresas. Isto é, na sua opinião, a

desautorização, por parte do Governo, duma opção e duma política municipal que já tem cerca de 10 anos, apesar do partido que sustenta esta maioria camarária ser basicamente o mesmo que sustenta o Governo.

4. Prazos de pagamento da dívida

Para finalizar, o Sr. Vereador deu os parabéns aos responsáveis da autarquia uma vez que consultou recentemente o site da Direção Geral das Autarquias Locais e ao analisar o quadro de pagamento das dívidas constatou que a Câmara Municipal de Coimbra está numa situação perfeitamente confortável. Na verdade, os prazos médios de pagamentos registaram francas melhorias no último ano já que passando os pagamentos a ser efetuados a 30 dias atualmente quando em 31 de dezembro de 2010 eram realizados a 30 dias. Contudo, gostaria de saber se estes prazos de pagamento incluem, ou não, os subsídios aprovados pela Câmara Municipal para apoios diversos.

Intervenção do Sr. Vereador Francisco Queirós

1. Mega – agrupamentos de escolas no concelho

O Vereador questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o processo de constituição de mega – agrupamentos de escolas no concelho. Recordou que a CDU apresentou na última reunião da Assembleia Municipal uma moção condenando o processo de constituição de mega agrupamentos, moção que foi aprovada e mereceu a abstenção dos dois partidos da maioria municipal, tendo então o Presidente da Câmara defendido que o próximo ano letivo devia iniciar-se sem sobressaltos. Contudo, é já conhecida a proposta de reorganização da rede escolar de unidades de gestão, pretendendo o Ministério da Educação / DREC criar 7 mega agrupamentos no concelho que chegam a atingir 2 408 alunos e de que é exemplo o mega agrupamento do Centro Urbano-Celas, que se pretende que agrupe a Escola Secundária José Falcão e o Agrupamento de Escolas Martim de Freitas. Reiterou a posição contrária à constituição destas megas estruturas, considerando que esta medida meramente economicista cria comunidades escolares sobredimensionadas, comprometendo seriamente o relacionamento entre todos os intervenientes na escola, alunos, famílias, professores e funcionários, desumanizando-a e comprometendo a qualidade do processo educativo. Assim, solicitou esclarecimentos quanto ao processo de eventual constituição dos mega agrupamentos e a clarificação da posição do executivo face a este assunto, lembrando que a proposta da DREC ainda será apreciada pelos Conselhos Gerais das Escolas e que o Conselho Municipal da Educação e o Executivo Municipal têm um papel determinante neste processo.

2. Colégio de S. José

O Sr. Vereador solicitou esclarecimentos relativamente à posição da Câmara no âmbito do anunciado encerramento do Colégio de São José e posterior plano da sua viabilização, designadamente quanto a eventuais apoios da autarquia a este colégio. Reafirmou que é justo que se procure manter aberto este estabelecimento de ensino, salvaguardando os interesses dos alunos e os postos de trabalho de professores e funcionários, mas questionou o presidente da Câmara relativamente a eventual tratamento de exceção, veiculado pela comunicação social. De acordo com a comunicação social, o Presidente da Câmara ter-se-á comprometido com o pagamento da despesa do serviço de fornecimento de água, pelo que Francisco Queirós exigiu que o Presidente esclarecesse que tipo de apoio existe, que tarifário de exceção se comprometeu a aplicar e, a ser verdade o que foi noticiado, se estaria a Câmara disposta a tomar medidas semelhantes em todos os casos de dificuldades financeiras de micro, pequenas e médias empresas ou de serviços públicos.

3. Urgências noturnas do Hospital dos Covões – encerramento

O Sr. Vereador reiterou a sua firme oposição ao anunciado encerramento do serviço de urgências noturnas do Hospital dos Covões, que se prevê para o próximo dia 21 de maio. Como já afirmou anteriormente considera que esta é mais uma medida de destruição dos serviços públicos no concelho (como aconteceu recentemente com várias estações de correios da cidade) e constitui mais um atentado ao Serviço Nacional de Saúde, que irá lesar seriamente muitos milhares de habitantes do concelho e de vários concelhos limítrofes, potenciais utentes daquele serviço de urgência. Acrescentou que ainda é possível inverter a decisão, exigindo o aumento da pressão da Câmara de Coimbra sobre o Estado Central impedindo que este encerramento se concretize.

Nesta altura passaram a fazer parte dos trabalhos a Sra. Vice-Presidente e o Sr. Vereador Paulo Leitão.

4. Reforma autárquica

Relativamente a esta questão o Sr. Vereador lembrou que o poder local foi muitas vezes usado, na Idade Média e durante outros períodos, como uma arma que o poder central tinha contra o poder dos grandes senhores, da igreja, da grande nobreza, etc. O que é verdade é que pouco a pouco esse poder local foi emergindo, sobretudo no século XIX, em

parte devido a um conjunto enorme de reformas que se levaram a cabo. E, o que é um facto, é que com o 25 de abril as pessoas conquistaram um poder local democrático, com as pessoas a tomarem de assalto as Câmaras Salazaristas tendo sido com as eleições de 1976 que se consagrou um poder autárquico legal e assente na vontade do povo. E o que é verdade é que este poder local democrático foi um fator fundamental do desenvolvimento deste País através de protagonistas de todos os partidos. Por tudo isto lamenta aquilo a que se está a assistir, na verdade chegou-se a um tal ponto que o poder local está seriamente ameaçado e está a ser atacado em diversas frentes, seja com a extinção das freguesias, que custam ao orçamento de Estado alguma coisa como 0,094%, sejam com a redução de municípios, seja ainda com um novo modelo de gestão e organização que se está a tentar impor ao poder local. Assim, lamenta que tantos autarcas tenham dado tanto de si em prol dos respetivos municípios ou freguesias para agora se andar a fazer passar a mensagem que nada fizeram em prol do bem público e apenas se preocuparam em cuidar dos seus interesses pessoais. O que houve, efetivamente, foi empenho e voluntarismo de muitas pessoas de bem que tudo fizeram para melhorar a qualidade de vida das pessoas e, continuou, afirma isto com o à vontade de quem reconhece que esse empenho e esforço se verificou em todos os quadrantes político-partidários. Pensa que, eventualmente, muitos setores da maioria ainda se irão arrepender desta estratégia que agora tentam implementar porque este caminho que estão a trilhar irão deixar feridas internas difíceis de superar. De todo o modo, e deixe as marcas que deixar, o maior custo de todo este processo é, no seu entender, a qualidade da nossa democracia. Finalmente alertou para o facto de ser necessário ter algum cuidado com estas medidas porque a capacidade de resistência dos povos tem limites e os sinais de impaciência começam a chegar de vários lados. E, lembrou a nossa própria história, que já nos deu muitos exemplos de momentos em que o povo disse basta. E, não tem dúvidas nenhuma, não há motivos nenhuns para que se verifique o retrocesso civilizacional que está acontecer uma vez que nunca se produziu tanto como se produz atualmente.

Intervenção do Sr. Vereador Carlos Cidade

1. Reforma autárquica

O Sr. Vereador disse que considera que atualmente se está a assistir à maior ofensiva de todos os tempos ao poder local democrático com justificações e argumentações que não têm razão de ser porque os piores exemplos de desperdício e despesismo têm origem, precisamente, na administração central. Evidentemente que também no poder local terão existido alguns exageros mas também não nos poderemos esquecer que, muitos deles, foram potenciados pela própria administração central que incentivava as autarquias a apresentarem projetos para puderem beneficiar de fundos comunitários. Por outro lado, não pode deixar de estranhar que seja precisamente um antigo autarca, que inclusivamente foi considerado autarca modelo, que agora esteja incumbido de apresentar e defender esta reforma com uma atitude que traduz exatamente o contrário daquilo que sempre defendeu enquanto autarca. Salientou, ainda, que a legislação recentemente aprovada não é apenas uma afronta ao poder local pelo número de reduções que impõe nos cargos dirigentes mas, principalmente, terá reflexos negativos nos cidadãos, na medida em que se traduz em mais burocracia, mais centralismo, mais demora e falta de resposta às necessidades. Considera que já está na altura da Câmara Municipal de Coimbra, através do seu Presidente, reagir a estas medidas e tomar uma posição firme no sentido de demonstrar que o que o Governo pretende é uma verdadeira irresponsabilidade. É que aquilo que o Governo está a fazer é a tratar tudo por igual quando as situações não são iguais e, nestes casos, o prejuízo é sempre para os mesmos, o prejuízo é sempre daqueles que precisam das instituições. Esta é, portanto, uma ofensiva do Partido Social Democrata ao poder local e não é isto que a população quer e que o País merece. Pensa que a própria Associação Nacional de Municípios já tomou posição sobre esta matéria porque, evidentemente, o que todos pretendem é maior celeridade e eficácia nos processos e procedimentos mas não é com medidas destas que se atingem estes objetivos.

2. Urgências noturnas do Hospital dos Covões – encerramento

Relativamente a esta questão e na sequência da intervenção do Sr. Vereador Francisco Queirós o Sr. Vereador disse que esta questão também o deixava bastante preocupado e ainda mais ficou quando em conversa com profissionais da área foi alertado e tomou conhecimento para a forma como o serviço de urgência no Hospital dos Covões iria funcionar. Assim, exemplificou, alguém que tenha um acidente depois das 20 horas na margem esquerda será encaminhado para os HUC, uma vez que as urgências dos Covões já estarão fechadas, onde lhe prestam os primeiros cuidados. O sinistrado permanecerá aí durante a noite mas, de manhã, será transferido para os Covões. Isto é, no seu entender, absolutamente ridículo para além de ser perigoso e colocar em causa a segurança do doente. Até porque quem necessitou de recorrer aos cuidados de saúde até às 20 horas foi atendido nos Covões e passará aí a noite com o pessoal necessário para lhe prestar os cuidados necessários. Isto é, no seu entender, revelador de que se perdeu completamente a noção de serviço público e que o que está subjacente a estas medidas são apenas razões economicistas. Não consegue compreender que os responsáveis por esta decisão, pessoas de Coimbra e da Universidade de Coimbra, se submetam às diretivas de Lisboa por mais absurdas que elas sejam. Pensa que Coimbra não se pode sujeitar a isto. Alguma coisa terá de ser feita porque gerir um serviço público não é isto.

3. Programa comunitário de fornecimento de fruta escolar

Relativamente a este assunto e no âmbito do programa de fornecimento de fruta escolar ao ensino básico – programa a que a Autarquia se candidatou e que deveria ter começado no início deste ano letivo – já por várias vezes solicitou o ponto da situação, dado entender que há pelo menos alguma inércia e desleixo nesta matéria uma vez que até à data, o programa (com financiamento aprovado), não se concretizou. Entretanto o Sr. Presidente na última reunião deixou a indicação que durante o 3º período a situação se resolveria, tendo mesmo os serviços competentes da autarquia informado todas as escolas do concelho de que nessa data a fruta passaria a ser distribuída aos alunos respetivos. Acontece que o 3º período já se iniciou no passado dia 10 de abril e até agora, dia 7 de maio, o programa ainda não está a funcionar. Assim, gostaria de saber por que razão os compromissos que o Sr. Presidente assumiu nesta Câmara Municipal relativamente a esta matéria não estão a ser cumpridos.

4. Mega – agrupamentos de saúde

Relativamente a este assunto e à semelhança do que o Sr. Vereador Francisco Queirós disse dos mega –agrupamentos na área da educação, o Sr. Vereador disse que o governo se prepara para fazer o mesmo na área da saúde. Na verdade, o Governo, nesta senda centralizadora que encetou, pretende criar grandes agrupamentos na área da saúde, proposta que, tanto quanto julga saber, já foi entregue nas Câmaras Municipais interessadas com vista à emissão de parecer. Os grandes agrupamentos nas unidades de saúde irão provocar um retrocesso no serviço nacional de saúde, burocratizar todo o serviço e, uma vez mais, criar dificuldades aos cidadãos no acesso à saúde. Assim, gostaria de saber qual será a posição da Câmara Municipal de Coimbra relativamente a esta matéria e a esta medida do Governo que, na sua opinião, é grave e lesa os interesses da população do concelho na medida em que a ideia é acabar com vários serviços que hoje estão espalhados pelo concelho centralizando esses mesmos serviços na Administração Regional de Saúde.

Nesta altura ausentou-se da reunião o Sr. Vereador Álvaro Maia Seco.

5. Agência do Banco de Portugal

O Sr. Vereador perguntou se o Sr. Presidente tinha conhecimento da possibilidade da Agência do Banco de Portugal em Coimbra encerrar. Não sabe se isto tem algum fundo de verdade ou não, mas ouviu falar nessa possibilidade e gostaria de saber se há motivos para preocupações ou se tudo não passa dum rumor.

6. Protocolos de limpeza com as juntas de freguesia

O Sr. Vereador disse que os protocolos de delegação de competências relativos a serviços de limpeza que a Câmara Municipal celebrou com as juntas de freguesia preveem a transferência duma verba que ainda não foi paga pela autarquia no que se refere ao primeiro trimestre de 2012.

7. Envelhecimento ativo

A Assembleia da República, no passado dia 5 de abril, aprovou uma resolução relativa ao envelhecimento ativo com o objetivo de proceder a um conjunto de orientações, remetendo para os Conselhos Locais de Ação Social a coordenação destes trabalhos com vista a colmatar algumas situações mais delicadas que existam nesta área, como sejam o isolamento, a violência, o abandono, etc. Informou, ainda, que existe uma comissão criada para esse efeito na Assembleia da República que integra uma pessoa do concelho de Coimbra, a saber o Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira de Frades. Assim, questionou a Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco se já tomou alguma iniciativa relativamente a esta recomendação da Assembleia da República, nomeadamente quanto à necessidade de envolver as Juntas de Freguesia do Concelho neste processo.

8. Cantinas sociais

O Sr. Vereador lembrou que já por diversas vezes abordou aqui esta questão e que, infelizmente, os receios que manifestou acabaram por se confirmar, ou seja, que a criação das cantinas sociais por parte do Governo, pelo menos no que diz respeito ao concelho de Coimbra, é uma ficção. Na verdade, apenas se confirmam as duas já existentes, isto é, a Cozinha Económica e o refeitório da AMI, o que é precisamente o contrário daquilo que é o objeto e a função das cantinas sociais. Parece-lhe evidente que pessoas que residam em locais mais distantes da sede do concelho e que possam estar integradas neste projeto se desloquem ao refeitório da AMI ou à Cozinha Económica para usufruir do serviço. Pensa que esta decisão não respeita o princípio que esteve subjacente à criação das cantinas sociais e não resolve o problema das pessoas é, no seu entender, uma mera forma de trabalhar para as estatísticas. Considera que a Câmara Municipal de Coimbra deve procurar alterar esta situação, designadamente mediante a colaboração das Juntas de Freguesia uma vez que se encontram mais próximas das populações e, por isso, são mais capazes de identificar as situações que carecem de acompanhamento e que poderiam ser abrangidas por este projeto.

Intervenção do Sr. Vereador João Pedro Trovão

1. Esp@ço Internet

Para este assunto o Sr. Vereador apresentou a seguinte intervenção:

“ Na passada 6.ª feira fomos confrontados com a notícia do que, nesse mesmo dia, era o último dia em que o Esp@ço Internet iria estar aberto, na praça 8 de Maio. Numa altura em que urge dar vida a uma zona da cidade que sofre de envelhecimento da população, por um lado, mas simultaneamente é uma zona turística que todos querem visitar, não se compreende que a Câmara Municipal de Coimbra não tenha diligenciado atempadamente o concurso de um novo contrato de prestação deste serviço, já que não detém os meios para assegurar o mesmo. Acresce dizer que em média o espaço é utilizado por 600 pessoas todos os meses, essencialmente, idosos, estudantes, turistas e moradores da baixinha. Portanto, a ser verdade esta notícia – passei pelo espaço antes desta reunião e este estava fechado –, perdeu-se um excelente serviço que a baixinha disponibilizada, dando vida a esta zona, e mesmo que temporariamente, é um serviço que fará muita falta a quem recorria aos serviços de internet nesse espaço. Na zona da baixinha não existe um único serviço de internet gratuito e aberto. Sr. Presidente o Esp@ço Internet é um serviço necessário e ninguém compreende coma a autarquia deixou encerrar esse espaço!”

2. Coimbra, Queima das Fitas, Esperança e Emprego...

Relativamente a este assunto o Sr. Vereador leu o seguinte documento:

“ Ontem, assisti ao Cortejo da Queima das Fitas, com alguma saudade e ternura, no coração das comemorações, na rua, junto a milhares de estudantes que, entre a satisfação de estarem a terminar os seus estudos e contentamento de serem estudantes de uma Universidade em Coimbra, verificando que Coimbra e a sua Queima das Fitas correspondem ao culminar de um sonho para todos aqueles que escolheram a nossa Cidade para estudar. No entanto, já lá vai o tempo, em que, chegar a Coimbra, estudar e formar-se era sinónimo de esperança no futuro. No meio de tantos jovens, com a forma exagerada de exteriorizar o que lhes vai na alma, este ano, particularmente, notei muita angústia e descrença, num país que só lhe oferece austeridade e numa Coimbra que deixou de ter capacidade de fixar os seus recém-formados. Pois, nestes últimos anos, Coimbra tornou-se o reflexo da realidade, que agora também é nacional, do desemprego crónico, onde jovens qualificados e desempregados de longa duração, já não acreditam no que Coimbra lhe pode oferecer. Indústria, comércio, serviços, a crise é transversal a todos os setores económicos, muitos já não têm alternativa senão procurar outros concelhos para trabalhar e viver...”

Durante décadas, Coimbra albergou várias empresas chaves para a economia nacional e, de há 20 anos para cá, esta vê perder grande parte dessa sua indústria. Falências que, entre outros vetores, vêm contribuindo para os números do desemprego, que assolam progressivamente o distrito. Segundo dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Coimbra foi, entre Agosto e Dezembro de 2011, o segundo distrito do país que mais viu crescer a sua taxa de desemprego em relação ao mesmo período do ano anterior. Números que escondem uma realidade qualitativa ainda mais dramática e que espelham a escalada descendente da economia do nosso Concelho. Na última década, O concelho de Coimbra perdeu 150 empresas de referência, que atiraram para o desemprego mais de 6000 trabalhadores...

Sr. Presidente é também por estes números que Coimbra se destaca!

É muito bonito sermos de Coimbra, gostarmos de Coimbra, mas também, ser de Coimbra é ter a obrigação de construir uma Coimbra atrativa, não só para o turista, mas sobretudo, para os nossos Jovens! É fundamental invertermos este declínio e criar condições para que os nossos Jovens se realizem profissionalmente, e assim constituam família, fazendo de Coimbra, uma Cidade Jovem e Sustentável... É este o desafio que vos deixo! Seguramente, o mesmo desafio que muitos estudantes exibiram nos carros alegóricos com algumas mensagens que refletiam preocupação em relação ao Futuro (o Seu) e do País. Podemos ser míopes mas não podemos ser insensíveis...”

Intervenção da Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco

1. Reforma autárquica

Na sequência das intervenções que foram hoje feitas sobre esta matéria e dos cenários catastróficos que foram anunciados pelos Srs. Vereadores Francisco Queirós e Carlos Cidade, a Sra. Vereadora confessou que começa a ficar algo cansada de tantos lamentos. Considera que o que é preciso é trabalhar e que resistir é obrigatório se, efetivamente, quisermos construir um futuro melhor. Não vale a pena continuar a politizar e a teorizar sobre a situação económica em que o País se encontra. Já basta de teoria do caos. A história é cíclica e nós estamos a viver um novo ciclo, o ciclo dum novo século e dum novo milénio. A seguir a períodos de guerra veio a bonança e tempos de prosperidade. Sempre foi assim e acredita que desta vez não será diferente. É certo que se vivem tempos conturbados em grande parte devido à crise do subprime e do facto dos Estados Unidos da América não estarem a importar produtos da União Europeia e enquanto isto não se alterar é difícil que a situação económica e financeira da Europa melhore. Mas, na sua opinião, é preciso ter esperança de que melhores tempos virão. Aliás, o discurso do Sr. Primeiro-ministro, Dr. Pedro Passos

Coelho, aquando das comemorações do 38º aniversário do PSD, na Figueira da Foz foi exatamente neste sentido, extremamente positivo, salientando que o Governo não se deixará vencer pelas adversidades porque na primazia da ordem de trabalhos está precisamente a intenção de dar a confiança necessária que permita percorrer o caminho que importa fazer. Discurso este que, diga-se, foi muito semelhante ao que fez François Hollande na Praça da Bastilha depois de ganhar as eleições presidenciais em França, um discurso que aponta para a necessidade de menos austeridade e mais emprego e crescimento económico que é exatamente aquilo que tem defendido o Primeiro-ministro de Portugal.

2. Atividade da Divisão de Ação Social

A Sra. Vereadora informou que no passado dia 27 representou o Sr. Presidente na sessão de abertura de apresentação dos resultados do plano de intervenção em rede dos seminários “Violência Doméstica na Família”, do CHUC, onde estiverem presentes, entre outros, o Dr. João Redondo, do Hospital Psiquiátrico Sobral Cid, especialista nas áreas de violência familiar, o Dr. João Paulo Almeida e Sousa, representante dos CHUC, o Dr. Álvaro Barreto, representante para a saúde mental, e a Dra. Fátima Duarte, representante da Comissão de Paridade e Cidadania. A Sra. Vereadora deu, ainda, conta que também no passado dia 27 foi assinado um protocolo com a Casa dos Pobres de Coimbra, representada pelo Sr. Aníbal Duarte de Almeida. Finalmente, referiu a campanha “Like You”, realizada em parceria com a empresa “Best Center” e que tem como objetivo sensibilizar a população de Coimbra para o banco de ajudas técnicas, isto é, sensibilizar a população para a entrega de material e equipamento técnico, como cadeiras ortopédicas, colchões de escaras e outro tipo de equipamento para doentes permanentemente acamados, etc. Esta campanha tem uma outra vertente e que tem a ver com o facto de que 3000 like’s no facebook no âmbito desta campanha permitirão que a empresa disponibilize à Câmara Municipal de Coimbra equipamento deste género.

3. Conselho Local de Ação Social

Em resposta ao Sr. Vereador Carlos Cidade, disse ter participado no programa televisivo Portugal no Coração, em que percorreu diversas freguesias de Coimbra visitando várias casas de idosos, acompanhada por voluntários do Banco de Voluntariado da Câmara Municipal de Coimbra. Estes voluntários vão com os idosos à farmácia, à igreja, ao médico, acompanham-nos em visitas a familiares, conversam com eles, combatendo dessa forma o isolamento e a solidão a que muitos idosos estão infelizmente votados. Estas iniciativas visam prosseguir uma política de não institucionalizar os idosos, permitindo-lhes, sempre que possível, manterem-se nas suas casas, obviamente com todo o apoio de que necessitam. A Sra. Vereadora mostrou-se comovida e orgulhosa da bonita interação que constatou existir entre os jovens voluntários e os idosos que acompanham.

O Conselho Local de Ação Social é uma enorme rede, da qual fazem parte inúmeras organizações não governamentais, IPSS’s, juntas de freguesia que conjuntamente trabalham todas as questões relacionadas com os idosos e, este ano, particularmente a questão do envelhecimento ativo. Há vários projetos em curso e protocolos celebrados no sentido de continuar o trabalho que tem sido realizado até aqui e que visa dar qualidade de vida ao idoso.

4. Cantinas Sociais

Quanto à questão colocada, sobre a cantina social, disse que já na última reunião respondeu que o que o Governo pensa, e expressa através do seu interlocutor que é a Segurança Social, é que para o concelho de Coimbra não há necessidade e, portanto, não estão previstos fundos governamentais para a criação de uma cantina social. Isto porque a Administração Central, contrariamente ao que pensa a Sra. Vereadora, entende que as três cantinas sociais existentes, e não duas como referiu o Sr. Vereador Carlos Cidade, (a da Associação Integrar, a Cozinha Económica e o Refeitório da AMI) são suficientes. Muito gostaria de encontrar uma solução para este problema crescente e tem falado com o Sr. Presidente sobre isso mas, como o próprio Sr. Presidente já disse uma vez, a CMC não é nem pode ser a sopa dos pobres e não se pode substituir ao Estado nesta função social que é dele.

A Sra. Vereadora tem um projeto que muito gostaria de ver implementado e do qual também já falou neste fórum. Intitula-se Restaurante Solidário e visa envolver o maior número possível de restaurantes da cidade. Neste momento há um restaurante que já está a trabalhar conjuntamente com uma IPSS, a Caritas Diocesana, que está a distribuir uma refeição quente pelas famílias carenciadas de Coimbra. O projeto ainda está em elaboração, sendo que já há alguns dias da semana completos mas falta completar os restantes. A Sra. Vereadora disse estar empenhadíssima neste projeto, que trará à Câmara assim que esteja completo.

Intervenção do Sr. Vereador José Belo

1. Reforma Autárquica

Sobre este assunto, respondeu que não admira o cenário negro agora pintado mas, ao ouvir os Srs. Vereadores, parece que nada aconteceu antes deste Governo. Ninguém pode fugir às suas responsabilidades por más opções, más decisões, às responsabilidades pelo mau uso do poder que lhe foi conferido, ao investimento público desastrado que nos levou a todos a uma situação complicada e, sobretudo, a hipotecar o futuro dos nossos filhos, lamentou. É por isso que não

aceita críticas a este Governo, que foi obrigado a aceitar a ementa que lhe foi presente pelo anterior Governo que negociou o resgate com a Troika, em verdadeiro estado de necessidade, porque os anteriores responsáveis políticos adiaram um pedido de ajuda que deveria ter sido feito muito antes, levando-o até aos limites do impossível. Questionou ainda se os presentes se recordavam do que pensavam, em 2005, o Dr. Eduardo Cabrita ou Dr. António Costa da reforma administrativa. Se bem se recorda, em 2005 o PS preconizava que as juntas de freguesia com menos de mil habitantes seriam extintas. A Lei que neste momento foi aprovada “subiu” essa fasquia para os 120 habitantes, o que é uma pequena grande diferença, afirmou.

2. Proposta sobre o Empreendedorismo

Sobre este assunto, o Sr. Vereador José Belo proferiu a seguinte intervenção, que abaixo se transcreve:

“EMPREENDEDORISMO - FERRAMENTA DO FUTURO

A CMC encontra-se envolvida num PLANO DE ACÇÃO TERRITORIAL ligado ao empreendedorismo, que envolve as Câmaras Municipais do Baixo Mondego e 6 entidades locais: ACIC, Incubadora de Empresas da FFZ, Assoc Empresarial de Soure, etc.

Disse na 1ª reunião desse projeto a que assisti, onde estive em representação do Sr. Presidente, que a CMC estava nele porque não podia deixar de estar. E continuo a pensar assim.

Coimbra é uma cidade jovem, com uma geografia humana que se renova em cada ano. É um espaço, onde muitos param alguns anos para carregar as baterias do saber e do conhecimento, que importa potenciar.

Acreditamos que é importante incutir nesses jovens a ideia de empreendedorismo, sobretudo quando ele for altamente inovador. E se isto é aconselhável em tempos normais, mais imperativo se torna em ambientes de crise e num modelo económico fragilizado.

Ora, com um mercado de trabalho cada vez mais estrangulado, importa que os jovens, os nossos jovens, não fiquem à espera que as oportunidades de emprego venham ter com eles; que o Governo, os empresários, os pais, o padrinho, o amigo do tio, ou a “Divina Providência” venham resolver os seus problemas nesta área tão sensível da inserção no mercado de trabalho.

É preciso que os nossos jovens acreditem neles e cultivem o gosto de começar desafios novos, iniciá-los e assumi-los com determinação e confiança.

Como?

Agindo, arregaçando as mangas sem ter medo de arriscar, de tomar a iniciativa.

A conjuntura é desestimulante, de facto, mas o verdadeiro empreendedor não pode temer o risco, porque sabe bem que não existe sucesso sem se correrem riscos.

Todos temos consciência, que com o crédito (microcrédito) ausente em parte incerta, é necessário uma boa dose de energia para alguém se lançar nesta aventura de abraçar novos projetos, de meter ombros a novas realizações.

Todos sabemos, que num país pouco dado a facilidades administrativas, começar algo de raiz, reclama esforços de várias ordens, que geralmente fazem a seleção natural porque deixam na linha de partida todos os que não têm a energia, o entusiasmo e a motivação do empreendedor.

É aqui que se faz a diferença. É na auto motivação, na confiança e no entusiasmo por novas ideias e projetos, que assenta o sucesso, porque o empreendedor, porque o é, acredita que tudo depende de si, da sua chama, e não do contexto envolvente sobre o qual nada ou quase nada pode fazer.

Ora, estes atributos são contagiantes, pelo que geralmente o empreendedor não é só alguém que faz.

Ele cria postos de trabalho, agrega pessoas, acredita que elas trazem mais-valias ao seu projeto, às suas ideias, criando efeitos multiplicadores através do envolvimento de outros.

E isso acontece, geralmente, porque o empreendedor, depois de enxergar um nicho de mercado, que lhe parece favorável, não vai desistir à primeira contrariedade e luta até que as coisas comecem a correr de feição.

Portugal tem que saber reconhecer a importância destas mulheres e homens, daqueles que por necessidade ou oportunidade sabem sentir o cheiro do negócio e sentem que têm dentro deles os condimentos necessários para poder explorar, com êxito, essas oportunidades.

Sr. Presidente, Sra. Vice- Presidente, Sras. e Srs. Vereadores.

Não conheço nenhum estudo junto dos meios universitários, que nos dê uma ideia da percentagem de alunos, que vêm o empreendedorismo como 1ª oportunidade de acesso ao mercado de trabalho. (Lá fora essas percentagens situam-se em mais de 60%).

Também não conheço nenhum estudo que permita explicitar a eventual diferença que possa existir entre o “antes” e o “depois” da crise, neste domínio do empreendedorismo.

Mas não custa aceitar que esta opção pode ser um mecanismo eficaz para ajudar a reverter a atual tendência da queda de atividade económica e transformá-la numa tendência mais favorável, sobretudo no combate ao desemprego jovem.

Pode-se até dizer, que ao longo da atual crise, nesses países que têm dados para exhibir, os indicadores da atividade económica e do empreendedorismo não são coincidentes, bem pelo contrário.

A razão pode assentar no facto de a crise ter criado desemprego, gerando um exército de pessoas que tiveram de ir buscar na atividade empreendedora uma solução para manterem os seus níveis ou expectativas de vida.

O que é um facto indesmentível é que o empreendedorismo se assume como um verdadeiro património, que entre nós importa saber rentabilizar, como está a fazer a CMC, ao integrar-se neste projeto.

Trata-se, na minha perspetiva, de uma etapa de uma caminhada desafiante, assente no envolvimento de todas as Câmaras Municipais do CIM-BAIXO MONDEGO, e também da sociedade civil, interpelando os que têm a ver com esta área de intervenção, com o fim de afinar processos de intervenção e de cooperação, refletindo sobre os problemas que enfrenta a COMUNIDADE do BAIXO MONDEGO, à luz de uma ideia local/regional/nacional/internacional, capaz de criar sinergias em nome, sobretudo, do futuro dos jovens desta Região Centro.

Iria até mais longe, dizendo que, nesta área, o compromisso entre o Estado, as autarquias, as empresas e as Universidades/Politécnicos é decisivo.

Para quem se interessa pelo crescimento ao serviço do desenvolvimento e pela criação de emprego jovem, seria um deleite poder falar num “PACTO PARA O EMPREENDEDORISMO”, um verdadeiro pacto de regime, porque este desígnio deve estar imune às mudanças resultantes dos diversos calendários eleitorais.

Numa fase onde tanto começa a Mudar, como sucedeu há pouco tempo com uma sentença relacionada com o imobiliário, que promete alterar as regras leoninas do jogo entre a banca e os seus clientes, aqui fica a sugestão de os bancos criarem um “BANCO DE IMÓVEIS” para o empreendedorismo, composto por proprietários (Bancos) interessados em se tornarem sócios de novos negócios, cujo capital será o seu imóvel.

Também o IEFP podia gastar muitas das suas energias a identificar indivíduos, com potencial, que saíram do mercado de trabalho e prestar-lhes assessoria sobre oportunidades de negócios e como abrir e conduzir empresas de maneira eficaz, proporcionando orientações sobre o mercado, etc.

Dois exemplos, para além de tantos outros que existem ao nível das infraestruturas, do sistema fiscal, etc., e que devem convergir no sentido de criar atitudes positivas da sociedade perante o empreendedorismo, porque o reconhecimento do seu valor social é fundamental para criar devoções e manter vivas a sua ambição e ousadia.

Tenho dito.”

Intervenção do Sr. Vereador António Vilhena

1. Eleições em França e na Grécia

O Sr. Vereador comentou os atos eleitorais no último fim-de-semana na Grécia e em França, afirmando que os resultados saídos das urnas não são mais que o culminar dos acontecimentos das últimas semanas. Assim, antevê os ventos que irão devastar a Direita Europeia nos próximos tempos. A vitória de François Hollande é, a todos os níveis, uma vitória simbólica, é a vitória da mudança necessária em toda a Europa e anuncia a vontade dos povos em se rebelarem contra as forças obscuras da finança mundial e da especulação capitalista. O Sr. Vereador frisou que, com estas afirmações, não está a descurar a necessidade de equilibrar as contas públicas mas antes a pensar que menos austeridade não pode significar menos investimento e menos desresponsabilização do Estado Social. Hollande não derrotou apenas Sarkozy, derrotou a política daqueles que apostaram num pacote de contenção e de empobrecimento dos povos da Europa, nomeadamente de Portugal. Esta é uma lição clara de que o voto de cada cidadão pode fazer a diferença na mudança das políticas europeias.

A vitória de Hollande e do Partido Socialista francês, assim como a vitória da esquerda radical na Grécia, são um sinal claro de que os povos não estão condenados a aceitar tudo o que o conclave da Europa capitalista lhes quer impor. E o povo grego está a demonstrar isso mesmo, está a lutar com as armas que tem e a dizer que não está disponível para se subjugar e perder a sua dignidade, em desrespeito pela História daquela nação. Terminou prevendo que, a partir de agora, a Europa entrará num novo ciclo de menos austeridade e mais esperança, mais prosperidade, mais investimento público, mais responsabilização dos governantes, mais Estado Social. Disse ainda que a colagem do Primeiro-ministro português, dizendo que está disponível para trabalhar com Hollande num projeto arrojado para a Europa, só o pode fazer rir. De facto, o Sr. Vereador duvida até da própria sombra de Pedro Passos Coelho, ironizou, acrescentando que o Primeiro-ministro está tão apegado ao poder que faz qualquer coisa para garantir que o não perde, até agarrar-se à vitória de Hollande.

Assim, o Sr. Vereador entende que Portugal deve dizer não à política de austeridade deste governo, de uma maneira responsável, através de todos aqueles que empenhadamente são capazes de assumir o seu papel enquanto cidadãos e enquanto militantes de causas, nomeadamente os militantes do Partido Socialista. Na sua opinião, o PS, com o Secretário-geral que tem e com a oposição responsável que faz será capaz de ser alternativa a este governo, a esta política de empobrecimento e, principalmente, ser alternativa para este país, que muito espera do PS.

Intervenção do Sr. Vereador Paulo Leitão

1. Protocolos de limpeza com as juntas de freguesia

Em resposta ao Sr. Vereador Carlos Cidade, disse que não existe nenhum pagamento em atraso a nenhuma junta de freguesia referente ao protocolo de limpezas, pelo menos às que, dentro do prazo, fizeram chegar à CMC os requisitos para o pagamento, ou seja, o relatório das vias que foram limpas. As que o fizeram já receberam as respetivas verbas.

2. Reforma Autárquica

Sobre este assunto, não pode deixar de se associar às palavras do Sr. Vereador Francisco Queirós e estranhar as palavras dos Srs. Vereadores do PS, visto que o país só chegou a este estado porque alguém prevaricou, porque alguém gastou o que não podia e depois permitiu que no memorando da Troika constassem determinadas obrigações. Quando os Srs. Vereadores falam agora de ataque ao poder local e da redução do número de chefias – redução essa que se traduz em quase nada em termos de poupança, porque a maioria dos dirigentes da CMC está no topo da carreira – devem lembrar-se que estas medidas foram decididas pelo ainda Governo PS e pela Troika. Frisou que estão a discutir projetos de lei que ainda nem sequer foram aprovados pela Assembleia da República e nada mais são que tentativas de adaptação de leis que não foram feitas para as autarquias. Verificou ainda que as projeções feitas são baseadas em municípios que têm muito mais empresas municipais que o Município de Coimbra, portanto, se calhar, o Município de Coimbra, para cumprir os critérios legais, devia ter criado mais empresas municipais porque agora não teria que cortar nas chefias, ironizou.

3. Eleições em França

O Sr. Vereador deu os parabéns a François Hollande pela vitória no ato eleitoral que ontem teve lugar em França. Não obstante o novo Presidente francês não ser da mesma família política, não são de estranhar as palavras do Sr. Primeiro-ministro, até porque muitas das coisas ditas em campanha pelo Sr. Hollande favorecem Portugal. Ao contrário do que foi dito pelo Sr. Vereador António Vilhena, a austeridade não é o caminho escolhido pelo atual governo português, é antes uma consequência da irresponsabilidade do anterior governo. O que até hoje ainda não lhe conseguiram explicar é por que é que Portugal paga juros tão altos e por que é que, estando a cumprir escrupulosamente o plano acordado, não tem acesso a juros mais baixos e a empréstimos diretos do Banco Central Europeu. Esta é uma das propostas de Hollande que pode vir a ajudar o nosso país a resolver a questão do défice mas entende que Portugal não se pode desviar um milímetro desta política de austeridade a que o anterior governo nos obrigou a todos. Na opinião do Sr. Vereador, o Sr. Vereador António Vilhena fez confusão: o povo não está revoltado com a especulação capitalista mas sim com a anterior comandita despesista, concluiu.

Intervenção do Sr. Vereador Luís Providência

1. Atualidade desportiva da quinzena

O Sr. Vereador disse que faria um breve reconhecimento de mérito desportivo às equipas juniores de futebol da AAC e do União de Coimbra, que regressaram à 1.ª Divisão. Informou também que a equipa sénior masculina da Escola Superior Agrária se sagrou campeã nacional de rugby e congratulou-se com os sétimos lugares obtidos pelos dois pares de Coimbra do Acrogym Clube da AAC nos campeonatos do mundo de ginástica acrobática em Orlando, EUA. Deu ainda os parabéns à Secção de Desportos Náuticos da AAC pela magnífica organização da Regata da Queima das Fitas, que obteve o maior número de inscrições de sempre: 1171.

2. Terreno em Eiras para Roda Pedaleira

O Sr. Vereador disse que gostaria ainda de partilhar com a Câmara uma preocupação que lhe foi transmitida pela Roda Pedaleira relativamente a um terreno em Eiras que já foi alvo de decisão municipal e da própria Assembleia de Freguesia de Eiras, para instalação de um Centro Desportivo que tarda em ser construído. A sensação que têm é que o processo está estagnado mas reafirmam o interesse em obter o dito terreno e dizem-se em condições de avançar para a construção do seu Centro Desportivo.

3. Voto de pesar pelo falecimento de Jorge Costa

Terminou a sua intervenção deixando um voto de pesar pelo falecimento de um amigo, o Presidente da Secção de Natação da Associação Académica de Coimbra, Jorge Costa, que foi nadador da AAC nos anos 70. Na opinião do Sr. Vereador, Jorge Costa fazia da natação da Académica a sua família e fazia a sua própria família participar ativamente na vida da secção de natação da AAC. Era ainda, e sobretudo, um amigo certo e leal, um Homem generoso, rematou.

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5163/2012 (07/05/2012):

- **Aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Secção de Natação da Associação Académica de Coimbra, Jorge Costa.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Intervenção do Sr. Vereador Carlos Cidade

1. Reforma autárquica

Face aos comentários feitos no decorrer da reunião, o Sr. Vereador Carlos Cidade disse ao Sr. Vereador José Belo que não valia a pena fazer exercícios de retórica e tentar comparar o que não era comparável. Declarou que o exemplo dado relativamente às freguesias nada tinha a ver com a proposta do Governo, quer no que dizia respeito ao Documento Verde, quer em relação a proposta que vai ser remetida às Assembleias Municipais. Afirmou que, pela primeira vez, havia um membro social-democrata do Executivo que admitia estar de acordo com o facto da proposta de reforma do Governo se aplicar ao Concelho de Coimbra nos termos em que está, o que quis deixar registado.

Quanto às más opções políticas, disse crer que ninguém teria dúvidas que, ao fazer uma análise séria neste âmbito, todos estariam em consonância, mas procurando bodes expiatórios onde não existiam. Apesar de o Sr. Vereador Carlos Cidade não ser economista, também tinha estudado com eles, e achava que eram os mais capazes de gerir expectativas, mas raramente acertavam nos resultados. Opinou que as consequências das políticas económicas não se sentem de imediato, e fazer esta análise era um exercício de ignorância, pois os reflexos demoram décadas a surgirem. Recordou como foram utilizados os fundos proporcionados pela Comunidade Europeia quando o Primeiro-Ministro era o Professor Aníbal Cavaco Silva, exemplificando com o caso de Vale do Ave, onde o apoio transformou-a na zona do mundo com mais Ferraris por metro quadrado. É sabido que o país vinha de um atraso grande, a vários níveis, e também que os fundos apareceram repentinamente. Neste sentido, o deslumbramento foi inevitável. Mas tal atitude tem custos inerentes, que são pagos até hoje, salientou. Explicou o que disse há pouco, bem como no início: a pressão junto dos municípios para que angariassem projetos que fossem contemplados com fundos comunitários implicou, em muitos casos, em infraestruturas de grande qualidade, mas sem nenhuma rentabilidade. Questionou quem tinha permitido a abertura do setor financeiro, o grande responsável pela crise que o país atravessa. Reiterou não ser economista, mas aprendeu com eles. Todo o resto eram politiquices, afirmou. Aliás, bastava prestar atenção ao discurso do Sr. Presidente da República no passado 25 de abril para perceber que ele próprio estava a ir longe demais, talvez por saber a responsabilidade que tinha nesta situação. Não estava a dizer com isso que a responsabilidade não era de todos, mas assacar de imediato, quando se sabe que a crise havia começado nos Estados Unidos, não era razoável. Além disso, outros países europeus também estavam a passar pelo mesmo, e não foram governados pelo Eng. José Sócrates, lembrou. Perguntou se já se tinham esquecido que o défice no segundo ano do primeiro mandato do Primeiro-Ministro José Sócrates foi o mais baixo de sempre, possivelmente consequência do Governo anterior, mas, por isso mesmo, a credibilidade política passa pela análise imparcial das situações. Disse que era bom, de uma vez por todas, que se percebesse isso. Por outro lado, registava com agrado, a referência feita pela Sra. Vereadora Maria João Castelo Branco e pelo Sr. Vereador Paulo Leitão quanto à vitória socialista em França. O facto de um socialista ganhar as presidenciais naquele país significava que a austeridade tem sido demasiada, não só em França, mas também em Portugal. Referiu que as conversas que António José Seguro tem tido com François Hollande, salientando que é o único líder socialista que tem feito um esforço junto dos seus congéneres europeus de modo a que seja entendido que a construção de uma identidade comum seja feita com base em ideais socialistas, e sociais-democratas verdadeiros. Considerou a vitória em França uma lufada de ar fresco no atual panorama europeu, acrescentando que a batalha em relação à política de crescimento que o recém-eleito Presidente francês tenciona adotar é o contrário do que o Primeiro-Ministro português em exercício tem feito. O Sr. Vereador lembrou que vieram de França muitos dos direitos sociais e, para quem acredita no socialismo, e na verdadeira social-democracia, era uma nova perspetiva a eleição de François Hollande.

2. Empreendedorismo

Por último, disse ter apreciado muito a retórica sobre o empreendedorismo, mas para o Sr. Vereador Carlos Cidade era importante que o Sr. Vereador José Belo percebesse que há um plano estratégico aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal para Coimbra. Sugeriu que o Sr. Vereador correlacionasse o que referiu na intervenção que proferiu com o plano estratégico e a execução do mesmo, desde a sua aprovação até agora, acrescentando ser uma análise importante que devia ser feita. Neste sentido, deviam ser consideradas as opções estratégicas relativamente à execução do IParque, por exemplo, para que a Câmara Municipal consiga ajudar a concretizar muitos projetos, dentre os quais este. Apelou para que o Sr. Vereador José Belo não complicasse e percebesse qual era a situação do mercado, que entendesse que a conjuntura para as empresas não estava fácil, e que, com os mecanismos utilizados, não só não era recuperável o investimento feito, pois a instalação das empresas não é viável, como não se promovia o emprego. Declarou que o discurso feito devia ser dirigido ao Sr. Presidente.

O Sr. Vereador José Belo disse que seria muito sucinto, afirmando ao Sr. Vereador Carlos Cidade que tinha gostado muito do seu ar professoral. Questionou de quem o PSD era herdeiro e se era ou não verdade que, quando o PS

idealizou a reforma administrativa, pensou em eliminar freguesias com menos de mil habitantes. O Sr. **Vereador Carlos Cidade** declarou que era mentira, disponibilizando-se a explicar, mas o Sr. **Presidente** disse que o Período de Intervenção de Antes da Ordem do Dia já ia longo.

Intervenção do Sr. Vereador Paulo Leitão

1. Reforma autárquica

Aproveitando a declaração do Sr. Vereador Carlos Cidade sobre a verdade dos factos, o rigor e a seriedade, Sr. Vereador Paulo Leitão questionou-o se os défices no período de governação do Eng.º José Sócrates se referiam a antes ou depois da revisão em alta por se ter desorçamentado a despesa através das empresas públicas. Também disse ter ficado muito agradado em saber que o Sr. Vereador Carlos Cidade tinha uma visão económica “jardinística”.

Intervenção do Sr. Vereador João Pedro Trovão

1. Empreendedorismo

Relativamente ao texto lido pelo Sr. Vereador José Belo, o Sr. Vereador João Pedro Trovão disse ter concluído, ao fim de tantos anos, que os estudantes e os alunos recém-formados em Coimbra são diferentes dos restantes do resto do país. Sugeriu que o Sr. Vereador comparasse com os estudantes de Coimbra com os de Braga, por exemplo. Para que haja empreendedorismo, é preciso existir um tecido mínimo produtivo, para que as ideias e os projetos sejam colocados em ação, questionando a quem seriam oferecidos estes serviços. Pediu que o Sr. Vereador José Belo se colocasse na pele de um jovem empreendedor, que muitas das vezes não tem condições de pagar as próprias propinas. Perguntou ainda o que a Câmara Municipal de Coimbra fez neste âmbito. Deu o exemplo do Poliempresende, que já conta com a nona edição, mas não apurou qualquer referência sobre a Autarquia ter patrocinado candidatos locais. No entanto, esta iniciativa consiste em projetos de vocação empresarial, e outros concursos haverá, relativamente à Universidade de Coimbra e aos Politécnicos, mas a Câmara Municipal não se envolvia nestas atividades. Disse ao Sr. Vereador José Belo que o discurso proferido tinha que ser recentrado para a maioria, pois o facto de, ano após ano, dizer que é preciso tomar o caminho do empreendedorismo tem de deixar de ser simplesmente retórica e passar à ação, pois já é tarde. Salientou que Coimbra decaiu a nível empresarial, tornando-se difícil voltar a crescer. Mas garantiu que o Partido Socialista continuará a estar presente, com a mesma forma de trabalho, para conseguir aumentar os níveis de emprego no Município.

O Sr. **Presidente** reconheceu que era normal haver divergências de opinião nas reuniões do Executivo, mas lembrou que o Arrisca C era um concurso que há vários anos a Universidade de Coimbra organiza, através da Associação Académica e em conjunto com a Câmara Municipal, acrescentando ter tido o prazer de estar presente na última entrega de prémios. Referiu que um terço dos prémios entregues pela iniciativa Jovem Empreendedor, a nível nacional e atribuídos pela ANJE, o são a jovens de Coimbra. O Sr. Presidente pediu para que fosse reconhecido que se tem feito muito nesta área, admitindo que era evidente que sempre se podia fazer mais, mas não era justo referir que nada foi realizado em Coimbra. Informou que dentro de quinze dias seriam entregues prémios de um concurso de ideias de negócios, patrocinado pela Câmara Municipal. Disse que a divergência devia respeitar os factos, apesar de tudo.

O Sr. **Vereador João Pedro Trovão** perguntou, então, o que faltava fazer para transformar estes projetos em criação efetiva de empregos em Coimbra, tendo o Sr. **Presidente** respondido que era para este objetivo que todos estavam a trabalhar. O Sr. **Vereador João Pedro Trovão** retorquiu que, se eram todos, aceitava o convite.

Intervenção da Sra. Vice-Presidente

1. Mostra de alunos das escolas da rede de bibliotecas de Coimbra

A Sra. Vice-presidente desculpou-se pelo atraso, informando que o mesmo se deveu à inauguração da mostra de trabalhos dos alunos das escolas da rede de bibliotecas de Coimbra, na Galeria Pinho Diniz, na Casa Municipal da Cultura. Disse que a mostra tem a ver com uma exposição intitulada “Saramago, formas de ver”, a qual convidava os presentes a visitar. Declarou que, quando se falava nos jovens do Concelho de Coimbra, era perceptível que têm dado provas de talento, disponibilidade e criatividade notáveis. Salientou que, neste caso, eram estudantes do ensino secundário, de escolas pertencentes à rede de bibliotecas, como a da Quinta das Flores, a Jaime Cortesão, a Avelar Brotero, o Colégio de São Teotónio e o da Imaculada Conceição, donde, aliás, saiu a vencedora distrital do prémio de leitura.

2. 8.ª Mostra de Teatro Escolar

Informou ter tido início naquele dia a 8.^a Mostra de Teatro Escolar, realizada pela Oficina Municipal de Teatro. Esclareceu não ser uma organização do Teatrão, mas a entidade tinha na iniciativa um papel decisivo, acrescentando que a mesma terminaria no próximo dia 11. Disse que estaria presente nos espetáculos de quarta-feira. Apesar da crise, era uma panóplia de projetos e contributos no âmbito da arte, da literatura, da fotografia, da rádio, etc., que aprazia a Sra. Vice-Presidente registar.

3. Prémios municipais

Aproveitou a presença dos jornalistas para referir o encerramento da entrega das candidaturas ao Prémio Literário Miguel Torga. A quatro dias do término do prazo, foram apresentadas mais de duas dezenas de obras. Curiosamente, foi criado o Prémio José Cochofel para alternar com o Prémio Literário Miguel Torga, sendo de tal forma o interesse dos jovens escritores que já foram apresentadas trinta obras para o primeiro, que serão devolvidas, pois o concurso só abre no próximo ano. Dirigindo-se aos jornalistas, lembrou que estava aberto o concurso para o Prémio de Jornalismo Adriano Lucas, cujas candidaturas podiam ser entregues até setembro e que atribuiria um prémio no montante de três mil euros. Afirmou que Coimbra era galardoada, mas também galardoava, sendo um dos Municípios que mais prémio atribuía: cinco ao todo.

4. Tomada de posse de administrador da Fundação Calouste Gulbenkian

Regozizou-se pela tomada de posse como administrador da prestigiadíssima Fundação Calouste Gulbenkian uma personalidade muito ligada a Coimbra: Dr. Artur Santos Silva, que preside o Conselho Geral da Universidade de Coimbra e muito tem colaborado com o Departamento de Cultura da Autarquia. Lembrou da presença dele no encerramento do Centenário da República Portuguesa, onde foi membro da Comissão de Honra da Programação. Evocou o Dr. Vilar, que encerrava funções, igualmente ligado a Coimbra, a quem destacava o papel muito jovem na criação do Círculo das Artes Plásticas, que está a atravessar um período de prosperidade assinalável.

Intervenção do Sr. Presidente

1. Reforma autárquica

O Sr. Presidente disse perceber a emergência financeira, que se sobrepunha às necessidades da economia, como atualmente, em que não há margem de manobra quanto aos credores por causa de um programa imposto por terceiros, mas igualmente era claro que tal resultava do desgoverno da última década. De facto, não foi só o PS que governou neste período de tempo, também o fez o PSD. O Sr. Presidente declarou que aquela ocasião não era própria para análise, mas com o tempo seria possível avaliar este período da história, e apurar os responsáveis pelas circunstâncias e o que foi feito para sair delas. Portanto, as reformas que estão a ser feitas na saúde, na administração local, a criação de mega agrupamentos nas escolas, entre outras, eram pouco refletidas, até mesmo por terem sido negociadas à pressa com os credores. O Sr. Presidente ponderou que parte da solução só podia vir do exterior: só se os parceiros europeus mudarem a perspetiva de como encaram a situação de Portugal é que se pode esperar melhoras para o país. Se assim não for, a nação estará obrigada a cumprir o acordo e restringir-se a isso. Neste sentido, gostava das mudanças que se têm verificado na Europa, e, apesar de não saber se são suficientes, sem elas seria muito difícil voltar a crescer.

Também referiu que atualmente se paga a fatura de ter sido criada uma má imagem das autarquias portuguesas, bem como dos autarcas, cuja ideia é de que desperdiçam dinheiro. Nos últimos dez anos, com a cumplicidade de parte da comunicação social, esta situação extrapolou-se, assegurando não ter sido por acaso que tal tinha acontecido: existiam forças poderosas que queriam que assim fosse, em vários Governos. De certa forma, estes mesmos Governos tornam-se populares por transmitirem que colocam as autarquias na ordem, bem como os autarcas, aqueles a quem a opinião pública consideram perdulários. O Sr. Presidente afirmou que, cada vez que o Governo quer pôr as autarquias na ordem, julga que está a atender ao clamor da multidão dos portugueses. É assim que se vai reduzindo a autonomia e o dinheiro das autarquias, acrescentando que este era um processo desencadeado há mais de dez anos. No entanto, o Governo do Eng.º José Sócrates não estava isento, lembrando que foi nesta altura que se começou a reportar para a DGAL quando algo estivesse menos correto. O Sr. Presidente disse que o atual Governo ainda não se conseguiu desvincular desta visão, até porque está amarrado a um programa negociado pelo Governo anterior. Assim, continua com a atitude de desvalorização do poder local, de alguma forma convencido de que as medidas que vai tomando têm eco positivo junto à opinião pública. O Sr. Presidente mostrou-se convencido de que este caminho estava profundamente errado, totalizando dez anos de medidas equivocadas. As autarquias têm um papel fundamental na dinamização do sistema produtivo, gerador de valor do país e por todo o país, pois constituíam um incentivo ao crescimento espalhado por todo o território. E pôr em causa este papel era colocar em causa o futuro da economia nacional. Portanto, sendo tempo de pagar a fatura, disse que estavam todos disponíveis para fazer os cortes necessários para salvar o país. No entanto, esta disponibilidade não podia ser exagerada, a ponto de deixar as autarquias sem meios humanos, organizacionais e financeiros para que estas continuem a ajudar o país a construir a economia. Assegurou não estar disponível para este caminho, e tinha a certeza de que Coimbra também não estava, acrescentando que, independentemente de alterações da legislação, a Autarquia iria imaginar opções para salvaguardar a capacidade da máquina camarária.

2. Mega agrupamentos escolares

Quanto a este assunto, o Sr. Presidente informou que se realizaria um Conselho Municipal de Educação no próximo dia 17 de maio, onde esta questão será debatida para, posteriormente, ser apresentada à Câmara Municipal já com o parecer do referido Concelho. Declarou que esta foi uma das imposições da Troika, mas em Coimbra o processo que está a ser seguido leva a que, neste momento, por razões várias inerentes às exceções existentes, haja apenas uma ou duas escolas obrigadas a concretizar a fusão já no próximo ano letivo, tendo todas as outras mais um ano para se prepararem, o que o Sr. Presidente considerava um erro, pois este tipo de reformas importantes deveria ser feito com determinação e também com tempo, o que assegurou já ter defendido em reuniões na Direção-Geral de Educação. Reiterou que o assunto voltaria à apreciação do Executivo devidamente informado com o parecer do Conselho Municipal de Educação.

3. Colégio de S. José

Quanto à questão da tarifa da água ora levantada, apurou que há o tarifário aprovado pela Câmara Municipal, que está a ser cobrado não só ao Colégio S. José, como a qualquer outra instituição desta cidade, afirmando que nunca houve outro procedimento que não este. Mencionou que podia ter sido um pedido da instituição que estivesse a ser considerado pelos serviços que tivesse suscitado estes comentários, mas nem foi este o caso, não sabendo qual a origem deste rumor. Sobre o futuro, o Sr. Presidente comunicou que ainda não existe uma decisão final, mas aparentemente surgiu um grupo interessado em garantir a continuidade do Colégio S. José, grupo que se reunirá com o Sr. Presidente no decorrer desta semana, para avaliação da proposta que apresentarão para que a instituição não encerre.

O Sr. **Vereador António Vilhena** pediu informações mais detalhadas sobre o grupo, e se era ou não de Coimbra. Como era um assunto de interesse público, e como tem apelado para a transparência em todo o processo, questionou quem eram as pessoas que estavam a defender a continuação do projeto, tendo o Sr. **Presidente** respondido que era exatamente por este motivo, para as conhecer e ouvir sobre o assunto, que a reunião foi marcada, acrescentando que o Sr. Vereador José Belo tem acompanhado de perto o assunto. Disse que, depois do encontro, terá oportunidade para dar mais dados ao Executivo mas que, neste momento, o negócio tem sido organizado entre a congregação que continua a ser dona do colégio e o grupo de promitentes-compradores, frisando não saber se a transação era financeira ou não.

4. Ciclovia

O Sr. Presidente informou que o processo de execução da ciclovia estava em andamento. O projeto envolve três municípios e, no limite deles, mesmo que houvesse um que falhasse, como por exemplo, por causa da lei dos compromissos (eventualmente não lhe permitindo assumir mais despesas), cada um continua responsável pela execução no seu território. A ciclovia possuirá interligações entre Coimbra, Montemor-o-Velho e a Figueira da Foz, mas estas partes limítrofes serão desenvolvidas pelos concelhos a que dizem respeito. afirmou que a primeira batalha travada foi a tentativa de salvação do projeto da operação de limpeza, informando ter garantias de que o dinheiro continua disponível.

5. Fruta escolar

Referiu que os procedimentos concursais demoram sempre algum tempo, mas assegurou que já foram recebidas as propostas relativas ao da Fruta Escolar. Informou que está a ser elaborado o relatório, acrescentando que, depois disso, ainda há cinco dias para audiência prévia, e, portanto, o Sr. Presidente esperava que no fim da próxima semana este processo, mais longo do que gostaria, fosse concluído. Lembrou que o mesmo começou com bastante atraso, e a Autarquia estava a tentar recuperar o tempo, na medida do que era possível, e do que a legislação permitia. O Sr. **Vereador Carlos Cidade** retorquiu que avisou a tempo.

6. Sub-regiões de Saúde

Sobre este assunto, o Sr. Presidente adiantou que será apresentado ao Executivo um parecer, e se ainda tal não havia acontecido era por uma razão simples: o mapa originalmente apresentado à Autarquia obteve algumas reações negativas imediatas, não só de Coimbra, mas também de dois municípios vizinhos – Mealhada e Mortágua (pelo facto de estarem inseridos em outras regiões, deixariam de pertencer à de Coimbra). Informou que foi realizada uma reunião na Administração Regional de Saúde, com outros presidentes camarários, destes municípios mencionados e não só, onde ficou a saber que estava a ser trabalhada uma nova solução que enquadre as necessidades apontadas por aqueles concelhos. Assim que a proposta for apresentada, será apreciada e posteriormente trazida ao Executivo.

7. Agência do Banco de Portugal

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** lembrou que faltava responder sobre o encerramento da Agência do Banco de Portugal na Baixa, mas o Sr. **Presidente** disse que não tinha ouvido sobre o assunto, mas se alguém tivesse alguma informação a partilhar com o Executivo que o fizesse. O Sr. **Vereador Carlos Cidade** afirmou que já o tinha feito e que deveriam ser tomadas medidas. O Sr. **Presidente** reiterou que não sabia de nada, mas que se o facto se confirmasse, que não houvesse dúvidas de qual seria a posição da Autarquia de Coimbra sobre isso.

8. Urgências noturnas do Hospital dos Covões

O Sr. Presidente disse que, igualmente, não havia dúvidas sobre a posição da Autarquia sobre o encerramento das urgências noturnas do Hospital dos Covões, acrescentando ter tido uma reunião com a Administração Regional de Saúde, com o Conselho de Administração do CHUC e com os presidentes das câmaras municipais afetadas pela medida. Afirmou ter sido prometido a todos que a decisão se basearia em estudos, e estes seriam dados a conhecer às autarquias envolvidas. O Sr. Presidente disse ter ficado com a ideia de que eles demonstrariam que o encerramento seria inevitável quando analisada a procura do serviço. Infelizmente até ao momento, nem à Coimbra, nem às câmaras municipais envolvidas (basicamente as integrantes da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego), foi transmitido qualquer resultado. Portanto, opinou que, ou muito rapidamente os estudos apareciam, ou uma medida destas, tomada sem qualquer suporte, não poderia merecer concordância por parte da Câmara Municipal de Coimbra. Declarou que o anúncio seria feito no dia 21, e já era dia 7 de maio, faltando apenas duas semanas para que a medida fosse posta em prática. Disse esperar que o prometido estudo, que dá substância à decisão tomada, fosse facultado entretanto.

Intervenção do Sr. Vereador António Vilhena

1. ROC da Turismo de Coimbra

O Sr. **Vereador António Vilhena** perguntou se o anterior Revisor Oficial de Contas da TC – Turismo de Coimbra, E.M. não devia estar presente naquela reunião, tendo o Sr. **Presidente** lembrado que leu um e-mail na última sessão, onde o anterior ROC prestava os esclarecimentos que achava pertinentes sobre o assunto. O Sr. **Vereador Carlos Cidade** retorquiu que a resposta dada dizia respeito à última reunião de Câmara, ao que o Sr. **Presidente** respondeu que, na última, o anterior ROC não podia estar presente, mas que, quando pudesse, viria, sugerindo ao Sr. Vereador Luís Providência que continuasse a insistir no convite e que, eventualmente, enviasse o calendário das sessões de Câmara Municipal para os próximos dois meses, de forma a encontrar uma data conveniente.

O Sr. **Presidente** colocou à votação a justificação da falta do Sr. Vereador Luís Providência à reunião de 23-04-2012, tendo o Executivo deliberado justificar a respetiva falta.

ORDEM DO DIA

PONTO I - APOIO AOS ÓRGÃOS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

I.1. Ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 16 de abril de 2012

Deliberação nº 5164/2012 (07/05/2012):

- **Aprovada a ata da reunião do dia 16 de abril de 2012, com as alterações introduzidas à respetiva minuta que havia sido previamente distribuída.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

I.2. Ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 23 de abril de 2012

Deliberação nº 5165/2012 (07/05/2012):

- **Aprovada a ata da reunião do dia 23 de abril de 2012, com as alterações introduzidas à respetiva minuta que havia sido previamente distribuída.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta. Não participou na votação o Sr. Vereador Luís Providência por não ter estado na reunião.

PONTO II - FINANÇAS E PATRIMÓNIO

II.1. Situação Financeira

Foi presente o balancete referente ao dia 04 de maio de 2012, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de € 3.024.910,53 (três milhões vinte quatro mil novecentos e dez euros e cinquenta e três cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de € 564.156,48 (quinhentos e sessenta e quatro mil cento e cinquenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de € 2.460.754,05 (dois milhões quatrocentos e sessenta mil setecentos e cinquenta e quatro euros e cinco cêntimos).

Deliberação nº 5166/2012 (07/05/2012):

- **Tomado conhecimento.**

II.2. Ajuste direto simplificado n.º 89/2012 – viagem a Marselha

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 16069, de 26-04-2012, da Divisão de Património e Aprovisionamento, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5167/2012 (07/05/2012):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente de 26-04-2012, que autorizou a adjudicação por ajuste direto simplificado à empresa Intervisa – Agência Viagens de Coimbra, Lda. do fornecimento de uma viagem de avião a Marselha e regresso para Gonçalo Manuel de Jesus Martins, no âmbito do projeto “Reencontros Trans’urbanos”, pelo valor de 695,00€ (taxas incluídas).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO III. RECURSOS HUMANOS

III.1. Implementação da Plataforma e-Learning na Câmara Municipal de Coimbra

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 16148, de 26-04-2012, do Departamento de Recursos Humanos, que mereceu o seguinte parecer da diretora do departamento:

“Concordo. Considero, no seguimento do despacho de V.ª Ex.ª relativo à implementação da plataforma, que deverá ser elaborada e fixada na reunião de 27-04-2012 a calendarização das fases do projeto. Considero ainda que deverá integrar a equipa que irá desenvolver o projeto e a experiência piloto um representante indicado pela DIRC, um da DCEF, para além do Núcleo de Formação. Depois da devida calendarização e indicação dos referidos representantes no projeto proponho o envio da presente informação à próxima reunião de câmara, para conhecimento, dada a extrema importância e impacto deste projeto no “Revolucionar” da formação dos recursos humanos da Autarquia”.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5168/2012 (07/05/2012):

- **Tomado conhecimento da implementação da Plataforma e-Learning na Câmara Municipal de Coimbra, nos termos do parecer da Diretora do Departamento de Recursos Humanos acima transcrito.**

PONTO IV. ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

IV.1. Relatório trimestral de atividades da DMAT – 1.º trimestre de 2012

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 23701, de 30-04-2012, do Diretor Municipal de Administração do Território, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5169/2012 (07/05/2012):

- **Tomado conhecimento do Relatório Trimestral de Atividades da DMAT relativo ao primeiro trimestre de 2012.**

PONTO V. PLANEAMENTO TERRITORIAL

V.1. Plano Diretor Municipal de Coimbra – 4.ª alteração

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 14915, de 17-04-2012, da chefe da Divisão de Ordenamento e Estratégia, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5170/2012 (07/05/2012):

- Aprovar, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 97º do decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual, a proposta da 4.ª alteração (alteração por adaptação) do Plano Diretor Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/94, publicada no Diário da República, I Série-B, n.º 94, de 22 de abril de 1994, alterado pela Resolução do conselho de Ministros n.º 62/97, publicada no Diário da República, I Série-B, n.º 88, de 15 de abril de 1997 e pelas deliberações da Assembleia Municipal de Coimbra tomadas na reunião realizada em 24 de fevereiro de 2010, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 62, de 30 de março de 2010, e na reunião de 2 de março de 2011, publicada no Diário da República 2.ª Série, n.º 66, de 4 de abril de 2011, por força da entrada em vigor do Plano Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra, aprovado pela Assembleia Municipal na reunião realizada a 27 de dezembro de 2011, e sua publicação no Diário da República, 2.ª Série, n.º 33, de 15 de fevereiro de 2012;
- Remeter, nos termos do n.º 3 do artigo 97º do decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual, e para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 79º do mesmo decreto-lei, o processo à Assembleia Municipal para aprovação da 4.ª alteração (alteração por adaptação) do Plano Diretor Municipal de Coimbra.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VI. GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA

VI.1. João Paulo Fernandes P. Supardo Machado – resposta ao abrigo do art. 100º do CPA – Rua Antero de Quental – 174-178 – freguesia de Sé Nova – reg. n.º 70574/2011

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 537, de 01-03-2012, da Divisão de Gestão Urbanística, que mereceu parecer do chefe da Divisão em 19-04-2012 e com base nos quais o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5171/2012 (07/05/2012):

- Deferir o projeto de arquitetura que instrui o registo n.º 70574/2011, ao abrigo do regime de exceção previsto no n.º 2 do art. 37º do Regulamento do PDM, relativamente à impossibilidade de criação de estacionamentos adicionais, com fundamento no parecer emitido pela Divisão de Mobilidade e no interesse pela preservação das fachadas da edificação, reconhecendo-se ainda o valor de área bruta de construção existente e legalmente constituída referenciado na informação n.º 537/DGU e demais condicionantes enunciadas na mesma informação;

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.2. Manuel Ferreira de Oliveira – Cruz de Morouços – Santa Clara – alvará n.º 583 – caducidade da licença e concessão de licença especial para acabamentos – reg. n.º 5362/2012

Para este assunto, e com base na informação n.º 271, de 22-02-2012, da Divisão de Estruturação Urbana, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5172/2012 (07/05/2012):

- Declarar a caducidade da licença exarada por deliberação da Câmara Municipal tomada em 06-06-2005 (deliberação n.º 6648/2005), ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do art. 71º do RJUE;
- Conceder licença especial para acabamentos pelo prazo de 3 meses ao abrigo do n.º 3 do art. 88º do RJUE, nos termos e condições urbanísticas subjacentes à anterior licença e condicionada ao pagamento das taxas liquidadas por deliberação da Câmara Municipal de 24-01-2011.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.3. Fernando José Antunes Pires – redução de caução – Travessa da Rua do Pinhal/Tovim de Cima – Santo António dos Olivais – reg. n.º 01/2012/16199

Para este assunto, e com base na informação n.º 1223, de 13-04-2012, da Divisão de Fiscalização Urbanística, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5173/2012 (07/05/2012):

- Reduzir o valor da caução para o montante de 1.222,87€, prestada através de depósito a favor da CMC, retificando assim o valor deliberado em 13-02-2012 (deliberação n.º 4721/2012) que, por erro de cálculo, foi proposto na informação n.º 4196/DFU, de 21-12-2011, dando-se conhecimento à Divisão de Contabilidade.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.4. Obridinâmica, Construções, Lda. – Rua da Pragueira, n.º 7 – freguesia de Eiras – receção provisória – reg. n.º 01/2012/22220

Para este assunto, e com base na informação n.º 1338, de 27-04-2012, da Divisão de Fiscalização Urbanística, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5174/2012 (07/05/2012):

- Aprovar a receção provisória das infraestruturas viárias, ao abrigo do art. 87º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro, com a redação em vigor, dando-se conhecimento ao requerente que deverá retificar/corrigir os danos que venham a ocorrer nas obras realizadas decorrentes da má execução no prazo de 5 anos, findo o que deverá requerer a receção definitiva das infraestruturas no âmbito do disposto no n.º 5 do art. 87º do RJUE (DL n.º 555/99 de 16/12, com a redação em vigor).

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.5. Óscar da Cunha Dias – Adémia – freguesia de Trouxemil – receção provisória – reg. n.º 01/2012/11563

Para este assunto, e com base na informação n.º 878, de 14-03-2012, da Divisão de Fiscalização Urbanística, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5175/2012 (07/05/2012):

- Aprovar as telas finais apresentadas sob o registo n.º 11563 de 28-02-2012;
- Aprovar a receção provisória das infraestruturas viárias;
- Reduzir a garantia bancária efetuada através da guia de recebimento n.º 6162 emitida em 26-10-2009, com o valor de € 8.525,00 para o valor de € 852,50, dando-se conhecimento à Divisão de Contabilidade/Tesouraria.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.6. Reabilitação da Torre de Anto para instalação da Casa Museu da Guitarra do Fado de Coimbra – consignação – conhecimento

O Sr. Vereador Carlos Cidade referiu que o processo veio ao Executivo para conhecimento do Auto de Consignação, mas o mesmo não havia sido disponibilizado nos documentos, apenas a informação. Assim, não sabia o que tinha sido consignado, e nem em que condições. O Sr. Presidente solicitou que o documento, que estava no processo, fosse mostrado ao Sr. Vereador Carlos Cidade, o que foi feito.

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 15690, de 23-04-2012, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5176/2012 (07/05/2012):

- Tomado conhecimento da consignação da empreitada de Reabilitação da Torre de Anto para Instalação da Casa Museu da Guitarra do Fado de Coimbra, obra que integra o programa estratégico da Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.7. Reabilitação da Torre de Anto para instalação da Casa Museu da Guitarra do Fado de Coimbra, n.º 025-11-GCH – Plano de Segurança e Saúde em Obra – ratificação

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 15667, de 20-04-2012, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5177/2012 (07/05/2012):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente de 23-04-2012, que aprovou o Plano de Segurança e Saúde para execução da obra de Reabilitação da Torre de Anto para Instalação da Casa Museu da Guitarra do Fado de Coimbra, para efeitos do n.º 1 do artigo 12º do DL n.º 273/2003, de 29 de outubro.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.8. Rua da Sofia, n.º 173 a 175 – determinação de obras para efeitos dos n.ºs 1 e 2 do art. 89º do RJUE

Relativamente a este assunto, e tendo por base a informação n.º 14469, de 13-04-2012, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5178/2012 (07/05/2012):

- **Determinar as obras de conservação descritas no auto de vistoria n.º 17/2011 no imóvel sito na Rua da Sofia, n.º 173 a 175, propriedade de Maria José de Pinho e Castro, José Adriano Pinho Bastos Fernandes, Maria João de Pinho Fernandes, Albino José da Silva Castro, concedendo 120 dias para o início das obras e 120 dias subsequentes para a sua conclusão (dias úteis), para efeitos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 89º do RJUE (DL n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do DL n.º 26/2010, de 30 de março), notificando-se os proprietários.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.9. Rua Venâncio Rodrigues, n.º 33 – pedido de isenção de IMI

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 7674, de 28-02-2012, do Gabinete para o Centro Histórico, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5179/2012 (07/05/2012):

- **Reconhecer a execução das obras realizadas no imóvel sito na Rua Venâncio Rodrigues, n.º 33, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Sé Nova sob o artigo n.º 2873, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1079, propriedade de Compralar, Sociedade de Construções e Urbanizações, Lda. como sendo obras de reabilitação urbanística enquadradas no estabelecido nos n.ºs 1 e 3 do artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo DL n.º 215/89, de 1 de julho, alterado e republicado pelo DL n.º 108/2008, de 26 de junho para emissão da certificação de reabilitação do referido imóvel;**
- **Reconhecer a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) ao prédio inscrito na matriz predial urbana da Sé Nova sob o artigo 2873, frações A, B, C, D, E, F, G, H e I, para o biénio 2011/2012.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VII. OBRAS E INFRAESTRUTURAS

VII.1. Remodelação e Ampliação da Casa Municipal da Proteção Civil – revisão de preços provisória

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 13667, de 10-04-2012, da chefe da Divisão de Equipamentos e Edifícios, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5180/2012 (07/05/2012):

- **Aprovar a revisão de preços provisória da empreitada de Remodelação e Ampliação da Casa Municipal da Proteção Civil, no valor de €15.589,40 (sem IVA).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VII.2. Requalificação e Ampliação do Centro Escolar de Montes Claros – revisão de preços definitiva e conta final

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 13362, de 05-04-2012, da Divisão de Equipamentos e Edifícios, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5181/2012 (07/05/2012):

- **Aprovar a revisão de preços definitiva da empreitada de Requalificação e Ampliação do Centro Escolar de Montes Claros, no valor de €31.936,11 (sem IVA);**
- **Aprovar a conta final da mesma empreitada, no valor total de €1.020.732,66 (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VII.3. Comissão Juntos Pela Europa – apoio

Para este assunto, e com base na informação n.º 15946, de 24-04-2012, da Divisão de Equipamentos e Edifícios, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5182/2012 (07/05/2012):

- **Ceder um palco com as dimensões de 6,7m*6m à Comissão “Juntos Pela Europa”, no próximo dia 12 de maio, estimando-se a operação de transporte, montagem e desmontagem do equipamento em €625,94.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VIII. HABITAÇÃO

VIII.1. Projeto Trampolim – subsídio à entidade gestora Caritas Diocesana de Coimbra

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 10791, de 23-03-2012, da Divisão de Gestão Social, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5183/2012 (07/05/2012):

- **Atribuir um subsídio no valor de €28.419,11 à Caritas Diocesana de Coimbra, entidade gestora, destinado a dar continuidade em 2012 ao Projeto Trampolim no Planalto do Ingote.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.2. António Costa Lemos – Bairro da Rosa – lote 9, 1.º Esquerdo – resolução do contrato de arrendamento

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 12262, de 29-03-2012, da Divisão de Gestão Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5184/2012 (07/05/2012):

- **Interpor ação de resolução do contrato de arrendamento, celebrado a 20-11-2001 entre o município António Costa Lemos e a Câmara Municipal de Coimbra, referente à habitação sita no Bairro da Rosa, lote 9 – 1.º esquerdo, ao abrigo da alínea b do n.º 2 do art. 1083 do Código Civil, e conseqüente despejo.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.3. Projeto-Piloto Mediadores Municipais – subsídio à Caritas Diocesana de Coimbra

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 16036, de 26-04-2012, da Divisão de Gestão Social, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5185/2012 (07/05/2012):

- **Atribuir um subsídio no valor de €7.256,88 à Caritas Diocesana de Coimbra, entidade gestora do Projeto-Piloto Mediadores Municipais destinado a dar continuidade ao projeto em 2012 e correspondente à comparticipação do Município em 50% da retribuição mensal do mediador municipal.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.4. Carla Susana Marques Pais – cobrança judicial de rendas em dívida

Para este assunto, e com base na informação n.º 14708, de 16-04-2012, da Divisão de Gestão Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5186/2012 (07/05/2012):

- **Aprovar a cobrança judicial das rendas em dívida por parte de Carla Susana Marques Pais, relativas à habitação de tipologia T1 sita na Urbanização do Loreto, lote 5 – 1.º E.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.5. Rua Guerra Junqueiro, n.º 5 – deficiências na habitação

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 13653, de 09-04-2012, da Divisão de Reabilitação de Edifícios, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5187/2012 (07/05/2012):

- **Determinar a posse administrativa da moradia sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 5, ao abrigo do disposto no ponto 1 do art. 91º do DL 555/99 de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo DL n.º 26/2010 de 30 de março, a fim de permitir à Câmara Municipal de Coimbra realizar as obras prescritas no Auto de Vistoria de 06-01-2006.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.6. Processos para conhecimento

Sobre este assunto, o Sr. Presidente deu conhecimento da listagem de processos do Departamento de Habitação geradores de custos financeiros despachados pelo Sr. Vereador Francisco Queirós, ao abrigo das competências delegadas e/ou subdelegadas, durante o mês de abril de 2012, nos termos do nº 3 do art. 65º da Lei 169/99 de 18/09, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

- Residencial Domus – regularização da despesa – 780,00€
- Pagamento das quotas dos condomínios – Bairro do Ingote – Bloco 6 – ano 2012 – 240,00€
- Pagamento das quotas dos condomínios – janeiro a outubro 2012 – Rua Dr. Almeida e Sousa, n.º 32, lote 1 – 340,10€

Deliberação nº 5188/2012 (07/05/2012):

- **Tomado conhecimento.**

PONTO IX. DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO

IX.1. Graal – protocolo

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 13880, de 11-04-2012, da Divisão de Desenvolvimento Social e Família, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5189/2012 (07/05/2012):

- **Aprovar a minuta do protocolo de colaboração a celebrar com a GRAAL, que estabelece os termos da articulação e participação em projetos levados a cabo por ambas as entidades, a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO X. DESPORTO E JUVENTUDE

X.1. Escola Secundária Avelar Brotero – Projeto Ecomoda Brotero 2012 – apoio

Para este assunto, e com base na informação n.º 15152, de 18-04-2012, da Divisão de Juventude, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5190/2012 (07/05/2012):

- **Apoiar a Escola Secundária Avelar Brotero na realização do projeto Ecomoda Brotero 2012, mediante a oferta de 25 cd's de Jazz de Spyris Manesis Trio no valor de € 250,00 e mediante a assinatura de um protocolo cuja minuta, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.2. Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade Intergeracional – Rede Coimbra Ger(A)ções – protocolo

Para este assunto, e com base na informação n.º 16600, de 02-05-2012, da chefe da Divisão de Juventude, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5191/2012 (07/05/2012):

- **Aprovar a minuta do protocolo e Plano de Atividades a celebrar com os parceiros da Rede “Coimbra Ger(A)ções” – Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Escola Superior de Educação de Coimbra, Associação Apojovi/Aposenior, Caritas Diocesana de Coimbra, Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almalaguês, Centro Social da Legião da Boa Vontade – que, dada a sua extensão, fica apenas à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.3. Associação Académica de Coimbra/Organismo Autónomo de Futebol – desistência de comparticipação financeira – alteração

Para este assunto, e tendo por base a informação n.º 15347, de 19-04-2012, da Divisão de Desporto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5192/2012 (07/05/2012):

- **Cancelar a atribuição de uma comparticipação financeira para aquisição de viatura de 9 lugares à Associação Académica de Coimbra/Organismo Autónomo de Futebol, em virtude desta ter desistido da aquisição, alterando-se, conseqüentemente, a deliberação camarária n.º 119/2009, de 10 de novembro, e anulando-se também o Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º 85/2009.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.4. APPC-Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra – isenção de taxas

Relativamente ao assunto supra identificado, e com base na informação n.º 4642, de 06-02-2012, da Divisão de Desporto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5193/2012 (07/05/2012):

- **Isentar a APCC-Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra do pagamento de taxas relativas à utilização da Pista de Atletismo e balneários do Estádio Cidade de Coimbra, entre fevereiro e junho de 2012 (terças-feiras das 14h30 às 16h; quartas-feiras das 11h às 13h e quintas-feiras das 10h30 às 12h), no sentido de que um grupo de jovens atletas desta associação se preparar para o Open Europeu de Tricicleta, sendo que as mesmas ascenderiam a € 2.190,63 (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.5. Grupo Recreativo O Vigor da Mocidade – isenção de taxas

Relativamente ao assunto supra identificado, e com base na informação n.º 3669, de 30-01-2012, do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5194/2012 (07/05/2012):

- **Isentar o Grupo Recreativo O Vigor da Mocidade do pagamento de taxas relativas à utilização do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição, no próximo dia 26 de maio, entre as 15h e as 18h, para realização do 6.º Festival de Natação “A Brincar com o Vigor”, sendo que as mesmas ascenderiam a € 503,86 (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.6. Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia – apoio

Para este assunto, e nos termos da informação n.º 14958, de 17-04-2012, da Divisão de Juventude, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5195/2012 (07/05/2012):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente de 03-05-2012, que autorizou a cedência de oito livros “Percurso da Natureza” (no valor total de €88,24 IVA incluído) e 14 gravuras de Coimbra (no valor total de €35,00 IVA incluído) para oferta aos finalistas, membros do júri e oradores do XIV Concurso de Aconselhamento ao Doente, realizado nos dias 21 e 22 de abril em Coimbra, mediante a celebração de um protocolo cuja minuta, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XI. CULTURA

O Sr. **Vereador António Vilhena** disse esperar que a Sra. Vice-Presidente apresentasse naquela sessão pública alguma informação sobre as Feiras do Livro e do Artesanato. Tinha entendido numa reunião passada que viria àquela uma programação mais completa destes eventos, o que seria muito pertinente, tendo a Sra. **Vice-Presidente** dito que a Feira do Livro e a XII Edição da Feira do Artesanato Nacional decorreriam entre os dias 25 de maio e 3 de junho, acrescentando não ter trazido ao Executivo a informação sobre o assunto pois no dia seguinte esperava que a programação da iniciativa estivesse ultimada, altura em que seria dada uma conferência de imprensa. Adiantou que os detalhes do evento seriam disponibilizados on-line, sublinhando que as inscrições ultrapassaram todas as expectativas. Como a Feira do Livro tem como objetivo apoiar as pequenas e médias empresas de editores e de livreiros, a adesão foi uma grata surpresa para o Departamento de Cultura.

XI.1. Núcleo Coimbra Judaica – afetação do piso térreo do antigo Colégio das Artes

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 15594, de 23-04-2012, da chefe da Divisão de Museologia, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5196/2012 (07/05/2012):

- **Afetar a totalidade da área do piso térreo do antigo Colégio das Artes (Inquisição) ao Núcleo Coimbra Judaica, dado o elevado interesse estratégico e cultural do projeto e com vista a que o mesmo tenha a grandiosidade cultural e histórica digna de um património único no país e no mundo.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XI.2. Comissão de Toponímia – reunião de 12-04-2012 – ratificação

Para este assunto, foi apresentada a informação n.º 16529, de 30-04-2012, da Divisão de Ação Cultural, que se transcreve:

“No passado dia 12/4/2012 reuniu a Comissão de Toponímia pelo que cumpre submeter ao Executivo Municipal a ratificação das decisões da referida Comissão para novos arruamentos:

- 1 - Freguesia de Freguesia de Santo António dos Olivais**
 - **Rua Armando Pinto Bastos (Juiz Conselheiro – 1930 – 2005)**, ao arruamento que parte da Ladeira da Calçada dos Caniços para Poente, até à Rua Ibérico Nogueira.
 - **Rua Ibérico Nogueira (Catedrático em Ginecologia 1915-2009)**, ao arruamento que parte da Ladeira da Porteladinha para Norte, sem saída.
 - **Rua Ivo Cortesão (Professor do Ensino Secundário 1910 – 2001)**, ao arruamento que parte da Rua do Luzeiro para Poente até à Rua Álvaro Correia.
 - **Rua António Francisco Cró (Industrial – 1900 – 1983)**, ao arruamento que parte da Rua Alto da Mainça para Norte, sem saída.
- 2 – Freguesia de Santa Clara**
 - **Travessa dos Pereiros**, ao arruamento que parte da Rua dos Pereiros, para Nascente sem saída.
- 3 – Freguesia de Torres do Mondego**
 - **Travessa do Jardineiro**, à artéria situada na Misarela, entre a Rua Luís de Camões e a Rua 1º de Maio.
 - **Rua do Bairro Novo**, à artéria situada no Casal do Lobo, no lado direito sentido ascendente C.M.536 que liga à Ribeira da Misarela.

4 – Freguesia de Santa Cruz

- **Travessa da Estrada do Campo**, ao arruamento que parte da Estrada do Campo, confluindo na Estrada da Geria.

- **Rua João Gomes (Empresário – Co-Fundador da Gomase – 1912 - 2008)**, para a artéria que parte da Travessa da Estrada do Campo, para Norte sem saída.

5 - Freguesia de Vil de Matos

- **Rua da Atalaia**, Mourelos (arruamento com início na Rua das Calçadas e terminus na Rua da Portela; **Travessa do Cartaxo**, Rios Frios (tem início na Rua do Cartaxo); **Beco do Esqueiro**, Rios Frios (tem início na Rua do Esqueiro); **Beco da Jardeira**, Rios Frios (tem início na Rua da Murteira); **Travessa de S. Tomé**, Rios Frios (tem início da Rua da Fonte Nova até ao Largo de S. Tomé), **Rua do Bolregão**, Rios Frios (tem início na Rua dos Catrinos), **Rua do Barreiro**, Vendas de Santana (tem início na Rua de Coimbra, até à Rua das Almas), **Travessa do Peso**, Vil de Matos (tem início na Rua Central), **Beco do Gaiteiro**, Vil de Matos (Rua Central), **Rua S. João Evangelista**, Vil de Matos (tem início na Travessa da Igreja e termina na Rua da Igreja), **Rua da Poupá**, Vil de Matos (Rua das Almas até à Rua da Igreja), **Rua das Agueiras**, Rios Frios (tem início na Rua de Coimbra), **Rua do Môgo**, Rios Frios (tem início na Rua das Agueiras até à Rua de Coimbra), **Rua de Mourelos**, Venda de Santana; **Rua das Calçadas**, Mourelos, **Travessa da Portela**, Mourelos (tem início na Rua da Portela sem saída).

6 – Junta de Freguesia de S. Paulo de Frades

- **Praceta Robalo Cordeiro (Professor Catedrático de Medicina – 1926-2010)**, ao espaço que conflui com a Rua da Escola, Rua do Promotor e Via Eng^o António Moreira.

- **Rua Vitorino Seça**, (Geólogo – Benfeitor - ao arruamento que parte da Rua de Vale Figueiras para Nascente, sem saída (junto ao cruzamento da Via António Moreira).

7 – Junta de Freguesia de S. Martinho do Bispo – Alto do Leão -Cimo de Fala.

- **Rua d’Os Lusíadas (Obra de Luís de Camões – 1524 – 1580)**, ao arruamento que tem início na Rua do Progresso, sem saída.

Para Conhecimento do Executivo Municipal: Informações Diversas**1 - Junta de Freguesia de Eiras**

Rua Adriano Lucas (filho), em substituição do topónimo Estrada de Eiras, arruamento que parte da Rua Adriano Lucas até à rotunda da Estação Velha.

Em vista das dificuldades e discussão que este assunto suscitou entre os membros da Comissão de Toponímia, a Sr.^a Presidente da Comissão de Toponímia suspendeu a proposta em apreço, até haver nova reunião com o Sr. Arquitecto Adriano Lucas, na qual esteja também presente o Dr. Fernando Marques representante dos CTT e a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Eiras.

2 - Freguesias da Sé Nova / Santa Cruz

- **Elevador Mário Mendes (Professor Catedrático de Medicina - 1926 - 1997)** - para o elevador do Mercado D. Pedro V (com início ao cimo do Mercado D. Pedro V e terminus na Rua Padre António Vieira).

Proposta do Rotary Clube de Coimbra que, para além do nome, pretende assentar um busto de homenagem ao Dr. Mário Mendes, ao cimo da Rua Padre António Vieira, a expensas do Rotary.

Face à discussão que este assunto suscitou entre os membros da Comissão de Toponímia, a Presidente da Comissão de Toponímia sugeriu aos presentes suspender a proposta para fazer nova auscultação aos proponentes e família, o que foi aprovado por unanimidade.

3 - Agradecimento da Fundação Bissaya Barreto pela proposta de arruamento para Viegas Nascimento.

4 - Doação à Câmara Municipal de um prédio rústico de 5000 m2 no sitio denominado por Quinta de Santa Teresa, junto ao Penedo da Saudade, por parte da Fundação Calouste Gulbenkian, desde que o mesmo seja usufruído pelo público e que ao mesmo seja associado o nome de Calouste Gulbenkian.

5 - Disponibilização dos arruamentos das Freguesias no sítio da Câmara Municipal – Ponto da situação.

A Técnica Superior Aurélia Filipe, informou de que na sequência do decidido na reunião anterior relativamente à importância e necessidade de criar um sitio na Câmara Municipal para divulgação da toponímia do Concelho por Freguesia, com o arruamento e respetivas confrontações. Foram já alvo de pesquisa de informação, as Freguesias do Ameal, Botão, Antuzede, Almalaguês, Almedina, Assafarge, Santa Cruz, Sé Nova, S. Bartolomeu e Santo António dos Olivais. Resta apenas colocá-las na Internet, o que já foi solicitado à Divisão de Informática.

6 – Comemoração dos 10 anos da Comissão de Toponímia

Neste contexto está a ser preparado pela Técnica Superior Aurélia Filipe os textos que darão origem à edição uma Coleção de Postais sob o título *Reflexos da História Medieval e Tardo Medieval na Toponímia de Coimbra*. O Aniversário será integrado no programa do Colóquio de Toponímia *Eu Tenho Uma Rua*, a realizar a seis de Outubro, próximo

O Dr. Augusto Alfaiate lembrou uma comissão que a Sr.^a Presidente da Comissão de Toponímia havia sugerido para trabalhar no âmbito das Comemorações dos 10 anos da Comissão de Toponímia, tendo ficado indigitados: Dr. Augusto Alfaiate, Prof^a Doutora Isabel Vargues, Dr. Jorge Castilho e a Técnica Superior Aurélia Filipe.

7 - Na reunião de 23 de Fevereiro de 2010 foi proposto pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais a atribuição do topónimo, Dr. José Simões (Pediatra), com aprovação pela Comissão de Toponímia a **23 de Fevereiro de 2010**.

O município João Nuno Silva Mendes Ferreira, solicitou à Comissão de Toponímia a anulação do topónimo acima referido para, em sua substituição, ser atribuído o nome da Sr.ª D. **Alice Alves Antunes**, evocando que a rua em causa, se situa quase em frente da Escola Primária de que a referida senhora foi a primeira professora. Por decisão da Comissão de Toponímia foi enviado um ofício à DREC que nos respondeu com o ofício em anexo que respondeu a 18 de Maio de 2011, e do qual extraímos o seguinte excerto: “Em relação ao assunto supracitado deixo ao critério de V.Exª a decisão que considerar adequada. Apesar da Escola em questão ser referenciada por “Escola Primária dos Malheiros” sempre foi conhecida por EB1 de Chão do Bispo, denominação que tem a vantagem de localizar concretamente a Escola tal como acontece também como as outras EB1 do Agrupamento.”

Face ao exposto e após ponderação foi decidido por unanimidade colocar, em uma das paredes da escola, uma placa de homenagem à professora Alice Alves Antunes, a ser descerrada protocolarmente.

8 - Propostas de topónimos apreciados pela Comissão de Toponímia e a integrar em futuras ruas:

- Aprovado em Reunião do Executivo Camarário em 4/4/201
- **Nuno Viegas do Nascimento** (Presidente da Fundação Bissaya Barreto – 1952-2008)
- Proposta da Junta de Freguesia da sé Nova:
- Mário Brandão (professor Universitário – 1900 – 1995) ”

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5197/2012 (07/05/2012):

- **Ratificar as decisões tomadas pela Comissão de Toponímia em sua reunião de 12 de abril de 2012, acima descritas.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XII. ASSUNTOS DIVERSOS

XII.1. Plano de Ação para a Energia Sustentável e áreas associadas – protocolo de colaboração com a UC

Para este assunto, e com base na informação n.º 24090, do coordenador do Projeto Coimbra Cidade Inteligente e Criativa, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5198/2012 (07/05/2012):

- **Aprovar a minuta do protocolo a celebrar com a Universidade de Coimbra no âmbito do Plano de Ação para a Energia Sustentável e áreas associadas que, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.2. Convento de S. Francisco – aquisição de serviços

Para este assunto, e com base na informação n.º 14025, da coordenadora do Projeto Convento de S. Francisco, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5199/2012 (07/05/2012):

- **Emitir parecer prévio vinculativo favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de assessoria com o Instituto Politécnico do Porto-Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo (ESMAE) para apoio à seleção e harmonização dos equipamentos técnicos de som e imagem para o Convento de S. Francisco; apoio à elaboração dos cadernos de encargos para aquisição desses equipamentos técnicos; acompanhamento e verificação da receção dos equipamentos para as várias especialidades (instalações e equipamentos áudio, instalações e equipamentos de comunicações de cena, instalações e equipamentos de iluminação de cena; instalações e equipamentos de mecânica de cena, instalações e equipamentos de vídeo, mobiliário técnico de apoio); acompanhamento dos ensaios de equipamento.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.3. Associação Académica de Coimbra – publicidade – isenção de taxas

Para este assunto, e nos termos da informação n.º 22653, de 24-04-2012, da Divisão de Vias e Espaço Público, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5200/2012 (07/05/2012):

- **Apoiar a Queima das Fitas 2012 através da autorização à AAC para afixar outdoors publicitários com as dimensões de 8m x 3m, com isenção de taxas, apenas durante o prazo do evento e após o qual deverão ser imediatamente removidos, nos seguintes locais:**
 - Escadas Monumentais
 - Junto à vedação da obra do Exploratório
 - Estacionamento junto aos Bombeiros
 - Rotunda do Papa
 - Estacionamento à Estação Velha
 - nos terrenos junto à ex pista de motocross

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.4. José da Piedade Santos – Bairro do Ingote, Bloco 18, 1.º Esquerdo – contrato de arrendamento

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** achou estranho um assunto da Habitação ter sido agendado neste ponto, tendo o Sr. **Presidente** esclarecido que o processo chegou muito tarde para a agenda e, para que o trabalho não seja refeito, nestes casos, passará a ser introduzido no final da ordem de trabalhos, para não atrasar a disponibilização da mesma.

Para este assunto foi presente a informação n.º 11715, de 27-03-2012, da Divisão de Gestão Social, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5201/2012 (07/05/2012):

- **Celebrar um contrato de arrendamento com José da Piedade Santos relativo à habitação municipal sita no Bairro do Ingote, Bloco 18, 1.º Esquerdo que, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma, pela renda mensal de 7€.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.5. Acrogym Clube de Coimbra – apoio

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 15859, de 24-04-2012, da Divisão de Desporto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5202/2012 (07/05/2012):

- **Atribuir uma comparticipação financeira de 1.500,00€ ao Acrogym Clube de Coimbra, como contributo para a participação do clube no evento internacional 2012 Acrobatic Gymnastics World Championships, que se realizou em abril nos EUA, e mediante a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.6. APPACDM Coimbra – apoio

Para este assunto, e com base na informação n.º 15038, de 18-04-2012, da Divisão de Atividade Física, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5203/2012 (07/05/2012):

- **Atribuir uma comparticipação financeira no valor de 30.000,00€ à APPACDM de Coimbra, destinada à preparação do terreno e construção de um mini campo polidesportivo nas instalações do Centro de Atividades Ocupacionais de S. Silvestre e mediante a assinatura de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XIII. ADENDA

XIII.1. OBRAS E INFRAESTRUTURAS

XIII.1.1. Sistema de Iluminação Pública Eficiente no Município de Coimbra – correções das peças concursais

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 16341, de 02-05-2012, da Divisão de Infraestruturas e Iluminação Pública, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5204/2012 (07/05/2012):

- **Aprovar o documento “Correções às Peças Concurais” do Sistema de Iluminação Pública Eficiente no Município de Coimbra que, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma, disponibilizando-o na plataforma eletrónica vortalGOV conforme estipulado no artigo 50º, n.º 4 do CCP, mantendo-se o prazo de apresentação de propostas até 12/06/2012.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Sob proposta do Sr. Presidente e nos termos do art.º 83.º da lei 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, admitir à ordem do dia, apreciar e votar os seguintes assuntos, não incluídos na mesma:

1. Final da Taça de Portugal em Futebol – cedência de autocarros

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 17528, de 07-05-2012, da Divisão de Desporto, que mereceu o seguinte despacho do Sr. Vereador Luís Providência na mesma data:

“Concordo. Esta proposta enquadra a recomendação da A.M. à C.M., garantindo transporte ao Núcleo de Veteranos, à Claque Mancha Negra e à DG-AAC”.

O Sr. **Presidente** afirmou que todos percebiam a relativa urgência em tratar deste assunto e explicou que o que estava em causa é que a CMC custeie pelo menos 25 autocarros para transportar os adeptos da Académica que queiram ir a Lisboa no dia 20 de maio. Se forem precisos mais que 25 autocarros, julga que será possível esticar um pouco esse número, dentro dos limites do razoável, caso isso se justifique, agora não vamos é avançar com 25 autocarros e depois metade irem vazios ou a meia haste, defendeu. Portanto, a ideia é irem todos cheios e irmos controlando as necessidades.

Neste contexto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5205/2012 (07/05/2012):

- **Ceder transporte a todos quantos queiram apoiar a AAC/OAF no próximo dia 20 de maio, no Estádio Nacional do Jamor, em Lisboa, onde disputará a Final da Taça de Portugal com o Sporting Clube de Portugal, com partida de Coimbra para Lisboa às 10h (saída da Praça Heróis do Ultramar) e regresso previsto para as 22h, alugando-se para o efeito, no mínimo, 25 autocarros, consoante a necessidade que se venha a verificar.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

2. Loteamento Moinho do Calhau – Reg. n.º 21387/2012 – junção de elementos

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 620, de 03-05-2012, da Divisão de Estruturação Urbana, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5206/2012 (07/05/2012):

- **Retificar o valor da caução a apresentar pelo promotor do loteamento que instrui o registo n.º 21387/2012, destinada a assegurar a boa e regular execução das obras de urbanização para 635.621,53€, não devendo o alvará ser emitido sem que seja cobrado o valor relativo à comparticipação do promotor no custo de execução da empreitada da AC-EM de instalação do coletor pluvial ao longo da Rua General Humberto Delgado até à ligação à Ribeira de Antanho, no valor de 24.422,24€.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

3. Animação do Espaço Internet – parecer prévio

O Sr. **Vereador João Pedro Trovão** reafirmou o que havia dito na intervenção inicial, e não concordava com o facto de, sabendo-se que a adjudicação do espaço terminava no dia 4 de maio, que a informação inerente ser trazida à Câmara Municipal naquele dia, o que indicava falta de planeamento. Lamentou que o espaço fosse encerrado enquanto o concurso decorresse, tendo o Sr. **Presidente** explicado que o serviço não seria desativado, pois era uma adjudicação a uma só entidade, permitindo que o procedimento fosse célere. O Sr. **Vereador João Pedro Trovão** questionou então que não havia razão para a notícia veiculada, ao que o Sr. **Presidente** respondeu que quem mostrou preocupação foi o Sr. **Vereador João Pedro Trovão**, que voltou a referir a notícia: “Dívida da Câmara dita encerramento do Espaço Internet. O Sr. **Presidente** disse esperar que não encerrasse, tendo o Sr. **Vereador Carlos Cidade** retorquido que encerrado estava. O Sr. **Presidente** explicou que naquele dia o espaço estava fechado para ser pintado, o que já não acontecia há muito tempo e era necessário. Mas seria rápido, no máximo dois ou três dias.

Para o assunto supra identificado foi apresentada a informação n.º 17012, de 02-05-2012, do chefe da Divisão de Informática, Redes e Comunicações, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 5207/2012 (07/05/2012):

- **Emitir parecer prévio vinculativo favorável nos termos do artigo 26 da Lei nº 64-B/2011, de 30/12 (Orçamento do Estado) à celebração de um contrato de aquisição de serviços para dinamização do Espaço Internet Coimbra, pelo período de 1 ano, renovável tácita e automaticamente por iguais períodos até ao máximo de 3 anos, sendo a despesa anual prevista de 13.996,80€ (acrescida de IVA).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XIV. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Manuel Aniceto Gonçalves dos Santos

O município **Manuel Aniceto Gonçalves dos Santos** pediu ao Sr. Presidente para ser representado pelo seu advogado, Dr. **Henrique Mota**, que explicou que a presença deles naquela reunião se prendia essencialmente com quatro questões relativas ao alvará de loteamento n.º 620. A primeira questão era procedimental: a empresa Construções Aniceto considerava ter havido inércia por parte do Município em algumas fases do processo, o que tem provocado um conjunto de prejuízos que, de momento, eram de difícil quantificação, mas que a firma não o deixaria de calcular. Deu o exemplo das telas finais do alvará mencionado. Foram entregues no dia 22 de dezembro de 2010, mas só naquele dia, antes da reunião, passados dezoito meses, a empresa teve acesso ao alvará com todas as retificações. Como é do conhecimento geral, a situação económica na área da construção civil não era a melhor e o atraso na emissão do alvará implicou prejuízos incalculáveis: só em termos de juros, o período em questão acarretou um prejuízo direto de cerca de trinta mil euros. Salientou que a empresa não era grande, sendo angustiante para o proprietário que a única obra que tem em curso não tenha andamento por causa desta situação. Explicou que o loteamento demorou oito meses para ser concluído, em termos de obra física, e ficou dezoito à espera de um documento. Frisou que a presença da Construções Aniceto naquela reunião de Câmara se devia ao facto do proprietário ter levantado as mesmas questões, por diversas vezes, sem que tivessem sido respondidas. Outro fator relevante neste processo era a construção de uma bacia de retenção no loteamento, salientando que a empresa só teve conhecimento deste facto aquando do levantamento do alvará, ou seja, após o negócio feito com os anteriores proprietários, efetuado há cinco ou seis anos atrás. Mais do que isto, estava a ser imputado à Construções Aniceto, entidade privada, a comparticipação pela efetivação da bacia de retenção quando a sua necessidade de execução não surgiu exclusivamente pela criação do loteamento: beneficiaria a população de Antanhol e um conjunto de municípios de outras localidades. Declarou que estava a ser solicitada a prestação de uma garantia bancária de cerca de dezanove mil euros por conta da construção da bacia, a qual a empresa não tinha conhecimento de quando estaria pronta, ou se sequer seria executada, mas ficando com o ónus do encargo assim mesmo, sem saber até quando o montante ficaria retido. Nas negociações entre a empresa e o Município, relativamente ao terreno onde a referida bacia será feita, houve uma proposta da Câmara Municipal para liquidação de um determinado montante, mas não entendia como a empresa devia suportar uma percentagem da construção quando a necessidade da obra não dizia diretamente respeito ao loteamento. Outra situação que não agradava o representante era o facto da Construções Aniceto ter solicitado que fosse levantada ou reduzida a caução prestada, estado a empresa a aguardar deferimento. Sublinhou a dificuldade generalizada de acesso ao crédito atualmente, bem como o facto de entender existir suporte legal para que tal fosse feito. O último aspeto que queria abordar tinha a ver com o facto de, no âmbito das negociações pendentes com a questão do alvará de loteamento, ter a Câmara Municipal avaliado um lote de 1602 m² em trinta e sete mil euros, mas para efeitos fiscais o mesmo lote está avaliado em cento e quarenta e sete mil euros. Segundo o que a empresa transmitiu ao representante, esta diferença na avaliação tem efeitos no âmbito de reduções de taxas. Assim, em nome da empresa, que se sentia lesada, questionou quais seriam os critérios da avaliação efetuada.

O **Diretor do Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana** explicou que se tratava de um loteamento edificado em Antanhol, começado no ano de 2003, onde estavam previstos 18 fogos e 4 comércios ou serviços. Afirmou que o alvará de loteamento foi emitido em junho de 2009, e nesta altura já se conhecia a necessidade da construção da bacia de retenção no terreno do loteamento, com 5000 m² e com um volume de 9500 m³. Declarou que o loteamento foi alvo de várias deliberações, tendo inicialmente uma garantia bancária prestada no valor de quinhentos e oitenta mil euros que tem vindo, sucessivamente, a ser reduzida, estando neste momento calculada em cento e cinquenta e cinco mil euros. Esclareceu que era um processo com algumas nuances, com 28 aditamentos, além de um conjunto de reuniões entre as partes, acrescentando que a Câmara Municipal teve 1480 dias para responder aos requerimentos feitos. Disse que os dois promotores, já que o Sr. Aniceto passou a ser titular do processo a meio do percurso, tiveram um prazo de resposta de 1776 dias, mas levando em consideração o período em que apenas o Sr. Aniceto é titular, a Autarquia demorou a responder 541 dias, tendo o munícipe demorado 1103 dias. Referiu que não conseguia, com os dados que dispunha, confirmar ou não o que havia sido afirmado pelo representante, mas de acordo com as informações que lhe fizeram chegar, a última planta de síntese havia sido entregue nos serviços em 24 de novembro de 2011 e o pedido de emissão do alvará é de 16 de janeiro deste ano. Esclareceu que houve acerto nas plantas de síntese, por questões de pormenor que não tinham sido feitas com rigor. Em relação à bacia de retenção, explicou que vai servir um conjunto urbano que inclui o loteamento do Sr. Aniceto e um lugar da freguesia de Antanhol, a norte. A comparticipação que a Câmara Municipal está a exigir à Construções Aniceto, continuou o Diretor do DGURU, corresponde a 16% da carga a ser gerada pelo loteamento, não sendo verdade que a bacia servirá apenas a Antanhol. A estimativa da Águas de Coimbra é que a mesma custará cento e vinte mil euros, e a correspondente comparticipação da Construções Aniceto girará em torno dos dezanove mil euros. Sobre a receção provisória, repetiu que a garantia bancária foi reduzida, adiantando que está agendada para o dia 15 deste mês a vistoria para a receção provisória das obras, visto que, da primeira vez, foi feita a redução de todas as infraestruturas com exceção das viárias, por estarem concluídas mas apresentarem anomalias junto à praceta de retorno localizada no interior do loteamento. Depois das explicações apresentadas, o Diretor do DGURU mostrou-se disponível para responder as eventuais dúvidas remanescentes.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** lembrou do processo, aprovado pelo Executivo por unanimidade, em que existe uma avaliação por parte da equipa externa que colabora com o Município para o efeito para que, no caso de a Câmara Municipal querer comprar o loteamento, pelo Código das Expropriações, o valor do mesmo cingir-se a trinta e dois mil euros. Salientou que, em casos similares, quando existe comparticipação de todos os promotores, os custos são imputados na devida proporção.

O Dr. **Henrique Mota**, representante da Construções Aniceto, questionou sobre os prazos para a construção da bacia de retenção, perguntando se a Câmara Municipal não poderia estabelecer uma data para a execução da mesma. O Sr. **Vereador Paulo Leitão** disse que, conforme havia ficado expresso em deliberação do Executivo, estava agendada uma reunião para o próximo dia 14, com representantes da Águas de Coimbra, de forma a estabelecer uma estimativa mais rigorosa da verba necessária para a construção da bacia, e, conseqüentemente, fornecer à Construções Aniceto um valor a ser comparticipado com uma margem de erro mínima. Como as taxas de juros estão altas, o Sr. Vereador entendia que, a partir do momento em que se conheça o valor concreto, apesar da bacia de retenção poder não vir a ser executada a curto prazo, era melhor opção depositar na Câmara Municipal tal valor. O Dr. **Henrique Mota** perguntou o que aconteceria se a bacia nunca viesse a ser construída, tendo o Sr. **Vereador Paulo Leitão** esclarecido que a Águas de Coimbra, quando fez os estudos de drenagem, levou em consideração o direito das populações em não ter uma cheia em suas casa, preocupação partilhada pelo Município nos últimos anos, motivo pelo qual foi imposto neste e em outros loteamentos a execução da mesma. Declarou que o valor total para o investimento do plano de drenagem para o Município rondava os vinte milhões de euros, mas este era um dos casos identificados como prioritários pela Águas de Coimbra.

O Sr. **Presidente** perguntou se, calculado de forma rigorosa este valor, e após o pagamento da comparticipação pela Construções Aniceto, a empresa estaria livre de qualquer outro encargo, tendo o Sr. **Vereador Paulo Leitão** anuído, confirmando que, a partir daí, era um problema da Câmara Municipal.

2. Armando Domingos Lobo

O munícipe **Armando Domingos Lobo**, que esteve presente na última sessão de Câmara Municipal pública, perguntou à Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco o motivo pelo qual tinha sido multado no Vale das Flores em março e em maio de 2008. No processo constava a falta do cartão de vendedor ambulante e, se foi por isso, apelou para que o Executivo resolvesse a questão, que considerava ser injusta. Afirmou que, não foi multado na Praça 8 de Maio, no Alto S. João ou nos Olivais, pois o seu cartão de vendedor ambulante é válido para vendas na rua, não o sendo para o Vale das Flores, já que a Autarquia deixou de emití-los para o local em 2004. Em 2006, quando foi tentar renovar a sua licença para o Vale das Flores, foi informado de que não era possível, pois estava em curso um estudo para o espaço em questão. Referiu que tem a licença de vendedor ambulante há 33 anos, repetindo o que disse na última reunião de Câmara em que esteve presente: foi encontrado a transacionar num espaço onde as vendas são feitas sem que ninguém

efetue qualquer tipo de pagamento à Autarquia, nem possui identificação como vendedor ambulante, espaço este que foi estipulado pela Câmara Municipal para que as vendas fossem feitas. Voltou a perguntar o motivo pelo qual foi multado num espaço onde ninguém possui o referido cartão e que é utilizado por vendedores até de fora do Concelho, salientando que a Autarquia deixou de emitir o documento para o Vale das Flores. Alegou que aquele mercado é ilegal, e, talvez por causa disso, não haja cobrança aos vendedores, mas não entendia o porquê da aplicação de uma coima de 500 euros a uma pessoa que efetua o pagamento à Câmara Municipal pelo documento de venda ambulante há 33 anos. Lembrou que o veículo que utiliza é próprio para a venda de peixe e foi aprovado pela veterinária, com todas as condições de higiene e saúde, acrescentando que tem uma formação em Higiene e Segurança Alimentar. Declarou que podia vender na rua, pois era vendedor ambulante e pagava para tal, mas não podia negociar dentro do espaço. Para o município, era uma injustiça o que estava a ser feito. Disse que se a multa não fosse devolvida, iria entrar em contacto com a comunicação social para dizer que estava a ser roubado pela Câmara Municipal. Frisou que, quando as multas são aplicadas em espaços proibidos, não as contestava, mas as referentes ao Vale das Flores não as pagava, mesmo as passadas em mandatos anteriores, que foram perdoadas. Na sua opinião, como aquele espaço era destinado à venda ambulante sem a necessidade de ser portador de cartão, podia vender ali.

O Sr. **Presidente** sintetizou a intervenção do município: era vendedor ambulante de peixe fresco, e às vezes é autuado, pagando as respetivas multas quando concorda com elas e reconhece que prevaricou. Mencionou que em 2006 houve uma deliberação onde proibia a venda alimentar naquele espaço. Formulou a dúvida do município: questionava o motivo pelo qual era multado por não ter cartão, quando nenhum vendedor do local também não tinha.

A Sra. **Vereadora Maria João Castelo-Branco** disse achar que não se tinha feito entender da última vez que o município esteve na sessão de Câmara, questionando se ele vinha pedir à Autarquia que não cumprisse a lei, pois existia uma que estipula que os interessados que quisessem vender em Coimbra precisavam de cartão de vendedor. No entanto, muitas vezes o Sr. Armando Lobo era autuado por ter o seu caducado, lembrando que o visado teve dezanove processos de contraordenação e, inclusivamente, reconheceu que prevaricou. Relatou a quantidade dos processos que o município teve ao longo dos anos, salientando que em alguns foi solicitado pagamento faseado, tendo o Gabinete Jurídico e de Contencioso facilitado o mesmo em algumas circunstâncias. Disse não acreditar que alguma vez a Autarquia tenha perdoado alguma coima, frisando que era um município como todos os outros desta cidade, e deviam ser todos tratados de forma igual, não como uma exceção. E era este o procedimento da Câmara Municipal de Coimbra. A Sra. Vereadora evocou que a menção que o município fez sobre estar a ser roubado pela Autarquia era uma acusação muito forte e injuriosa. Referiu existir situações ao longo dos anos que comprovam que a renovação da licença foi feita após o município ter sido multado. Explicou também que o cartão de vendedor ambulante não permitia a venda em local fixo, como era o caso do Vale das Flores. Como o município vendia peixe, produto alimentar deteriorável, não se podia comparar aos outros vendedores, que não negociam peixe, carne ou outros produtos alimentares. A Feira do Bairro Norton de Matos é composta por vendedores de têxteis, e não alimentos, frisou, portanto não havia lógica em traçar comparações. Declarou que os cidadãos de Coimbra almejam comprar peixe fresquíssimo, e não produto que traga intoxicações alimentares. Portanto, a venda tem de ser feita em condições. Supunha que o município, em virtude da formação que referiu, devia saber melhor que a própria Sra. Vereadora que existem regras que devem ser cumpridas relativamente a venda de produtos alimentares, nomeadamente peixe. Repetiu que o Sr. Armando Lobo não tinha autorização para venda de produtos alimentares na Feira do Bairro Norton de Matos, daí a autuação que teve. Se outros estavam nas mesmas condições, afirmou, deviam ser autuados também, adiantando que são milhares os processos de contraordenação em andamento na Autarquia e muitos diziam respeito àquela feira. Informou que a deliberação n.º 2061/2006, referenciada pelo Sr. Presidente, estabelecia a interdição da venda de alimentos na Feira do Vale das Flores, sobretudo produtos alimentares de origem animal que não cumpram os requisitos legais em vigor estipulados no edital 120/2004, de 28 de maio, bem como a existência de um reforço na fiscalização e policiamento da feira. Explicou ao município constarem da deliberação duas circunstâncias distintas. Mostrou disponibilidade para facultar cópia do edital e da deliberação ao município, para que ele percebesse que, efetivamente, não cumpria tais regras. Se as cumprisse, afirmou, não seria passível de autuação pela Câmara Municipal. No entanto, não podia acusar a Autarquia de roubo, nem solicitar que não lhe fossem cobrados os 500 euros. Admitiu que a quantia podia ser alta, mas era prevista uma coima que podia alcançar os 25.000 euros. Como era reincidente, o valor da coima não podia ser o mínimo. A Sra. Vereadora declarou que não tinha nada contra o município ou contra ninguém, mas que devia ser justa e não o conseguiria se se tratasse o Sr. Armando Lobo de forma privilegiada. Solicitou que o Sr. Jacinto, Coordenador da Polícia Municipal e responsável pela Fiscalização da Autarquia, explicasse de forma simples, para tentar fazer o município entender os procedimentos, mas o **município** respondeu que já o conhecia há muito tempo e não lhe interessava os eventuais esclarecimentos prestados por ele. Perante a exaltação do município, o Sr. **Presidente** lembrou que convinha manter o respeito, acrescentando que a Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco queria que os demais vereadores ouvissem as explicações dadas pelo Sr. Jacinto, independentemente do Sr. Armando querer, ou não, ouvi-lo.

O **município** voltou a questionar se as multas passadas eram ou não por falta de cartão de vendedor ambulante, também perguntando se o edital referido tinha sido publicitado. O Sr. **Presidente** frisou que aquela decisão foi tomada pela Câmara Municipal de Coimbra em 2006, acrescentando que todas as deliberações camarárias são publicitadas em edital

e nos meios próprios. Respondeu que, apesar de não exercer funções na Autarquia naquela altura, o procedimento é sempre este.

O Sr. **Jacinto** disse que a Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco já tinha explicado muito bem o caso. Apesar de não ter levantado o auto, e, por isto, não o ter abordado no local, lembrou que em 2006, aquando da aprovação da deliberação referida, foi, acompanhado de colegas de serviço e da médica veterinária, ao mercado para avisar a todos os vendedores ambulantes de peixe que teriam de deixar de fazê-lo no Vale das Flores. Portanto só foram levantados os autos porque não houve cumprimento por parte do Sr. Armando e de outros vendedores de peixe naquele espaço, que expunham a mercadoria ao sol e depositavam os restos do peixe amanhado no chão. Exatamente por este motivo, foi aprovado o edital mencionado, sublinhou.

O Sr. **Presidente** declarou que a situação estava esclarecida, frisando que a decisão de 2006 só poderia ser revogada se a Câmara Municipal viesse a tomar outra, noutro sentido. Entendia os problemas do munícipe mas, neste caso, a não ser que os serviços médico-veterinários tivessem mudado de opinião quanto à situação de venda de peixe, a deliberação era vinculativa e não podia ser ultrapassada.

E sendo dezoito horas e trinta minutos o Sr. **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 21/05/2012 e assinada pelo Sr. Presidente e por Ana Paula Albuquerque, Chefe do Gabinete de Apoio aos Órgãos e Serviços Municipais.
